



A memória na Revolução Federalista:

*diários de guerra e apontamentos
publicados de quem viveu o conflito*

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

8



Cátedra Convidada FCT /Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



A memória na Revolução Federalista: diários de guerra e apontamentos publicados de quem viveu o conflito





COLLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista - Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Carlos Carranca

- Universidade Lusófona -

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) -

José Eduardo Franco

- CIDH e CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Vania Pinheiro Chaves

- CIDH e CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Marcelo França de Oliveira

A memória na Revolução Federalista: diários de guerra e apontamentos publicados de quem viveu o conflito



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande

2017

**DIRETORIA DA CÁTEDRA INFANTE DOM HENRIQUE
PARA OS ESTUDOS INSULARES ATLÂNTICOS E A
GLOBALIZAÇÃO**

Diretor: José Eduardo Franco

Diretor-Adjunto: João Relvão Caetano

Secretária: Aida Sampaio Lemos

Tesoureira: Joana Balsa de Pinho

Vogais: Maurício Marques, Paulo Raimundo e Carlos Carreto

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Vice-Presidente: Francisco das Neves Alves

Diretor de Acervo: Mauro Póvoas

1º Secretário: Paulo Somensi

2º Secretário: Luiz Henrique Torres

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Roland Pires Nicola

Ficha Técnica

- Título: A memória na Revolução Federalista: diários de guerra e apontamentos publicados de quem viveu o conflito
- Autor: Marcelo França de Oliveira
- Coleção Rio-Grandense, 8
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2017

ISBN - 978-85-67193-14-4

SUMÁRIO

Ao leitor (7)

Uma visão da Revolução Federalista (11)

Origens da guerra: um período de mudanças no Brasil (11)

Os primeiros choques no Rio Grande do Sul (14)

Eclode a o conflito (18)

Conceituando a memória: breve reflexão (23)

A memória na/da Revolução Federalista (31)

Fabrício Pilar (31)

João Eickhoff (34)

Luiz de Senna Guasina (36)

Os Tavares (38)

Ângelo Dourado (41)

Síntese conclusiva (75)

Referências bibliográficas (77)

Ao leitor

A Revolução Federalista é um daqueles episódios da história brasileira e sul-rio-grandense que recebe tratamento desigual ao longo do tempo. Relegada durante décadas ao esquecimento histórico, deliberado, sob a alegação de que manchava a tradição suli na de guerra justa, acusação principalmente devida à prática da degola, método de execução preferido pelos combatentes em ambos os lados, conheceu em período específico um “renascimento” de interesse, onde aumenta a produção sobre ela, resgatada do cárcere do esquecimento pela mão dos historiadores. Ainda assim, a comparação com outros momentos-chave da história do Rio Grande do Sul é desigual: ela é muito menos estudada ou divulgada do que sua irmã mais nobre, a Revolução Farroupilha (1835-45), alçada ao Olimpo dos movimentos identitários e culturais do Rio Grande do Sul. Do que se sabe da Federalista, hoje, a grande maioria vem dos meios acadêmicos (na televisão, nos periódicos e na Literatura sua presença é nula ou tímida). O epicentro do interesse historiográfico se dá durante o período próximo de seu centenário (ocorrido em 1993), onde a produção qualitativa e quantitativa atingiu seu ápice. É desta época que surgem eventos e estudos fundamentais para o entendimento e aprofundamento da Revolução Federalista, destacando como exemplos o *Seminário Fontes para a história da Revolução de 1893* (em suas três edições promovidas pelo Museu D. Diogo de

Souza e pelas Faculdades Unidas de Bagé, depois Universidade da Região da Campanha, nos anos de 1983, 1990 e 1993, sob coordenação do historiador Tarcisio Antonio Costa Taborda) e, mais expressivamente, o *Seminário Internacional Pensar a Revolução Federalista*, organizado pelos professores Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres na Universidade Federal do Rio Grande em 1993, e que deu origem ao livro homônimo, onde colaboraram com palestras e artigos os mais proeminentes pesquisadores da história e literatura sulinas, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Não que a produção tenha zerado no pós-cenário. Ela ainda resiste bravamente na obstinação de alguns poucos mas competentes autores e pesquisadores que entendem que o conhecimento histórico está acima de modismos temáticos, e que para o verdadeiro historiador nunca esgota plenamente seu trabalho, ou objeto. Um outro olhar, um novo ângulo, novas perspectivas e – principalmente – a descoberta de novos documentos (a base do ofício) pode propor novas e melhoradas escritas, análises mais apuradas. Atualmente o que resta da produção se dá em estudos pontuais nas universidades, em trabalhos de conclusão dos cursos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, que permanecem distantes do grande público em sua maioria. Livros inéditos escasseiam, sem desaparecer completamente devido a iniciativa pessoal de abnegados pesquisadores. Dentre as obras dignas de registro publicadas no século XXI estão os livros escritos ou organizados pelo já citado historiador e professor da Universidade Federal do Rio Grande, Francisco das Neves Alves (*Revolução Federalista: história e historiografia*, Rio Grande: FURG, 2002), além de outros tantos artigos sobre o tema aparecendo (de sua autoria ou pesquisadores convidados) em alguns volumes da

Coleção Pensar a história sul-rio-grandense, também da FURG, além de ter alguns estudos apresentados por outros historiadores na *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul* (especialmente no volume 3, tomo I), e os livros *Diários da Revolução de 1893* (tomas I e II, publicados em 2004), estes últimos diários de guerra apresentados na íntegra, veículos de memória, que trataremos adiante.

Eis que nos deparamos com o objetivo e razão de ser deste pequeno estudo: a guerra civil que por ser considerada fratricida foi condenada ao esquecimento duas vezes, - por traumas e feridas não-cicatrizadas, ou propósitos políticos pontuais e específicos, (lá em seu princípio) ou por desinteresse (acadêmico/midiático, que carece de maiores estudos, esta é a opinião do autor) - é destacada aqui justamente em sua forma de memória, em registros pessoais, diários, relatos, os fatos, dramas e episódios escritos por quem viveu o conflito. Conforme a relevância histórica de cada um, estabelecida a partir de seu uso pela historiografia, é o detalhamento que daremos de cada diário aqui apresentado, dando o merecido destaque para Ângelo Dourado e seu clássico *Voluntários do Martírio*, objeto de outros estudos do autor.

Em suma, é à memória daquilo que foi para se esquecer, que surge a proposta do presente livro, em brevíssima, desprevensiosa e introdutória abordagem.

Boa leitura!

O AUTOR

Uma visão da Revolução Federalista

Origens da guerra: um período de mudanças no Brasil

O estabelecimento da República no Brasil foi a mais considerável mudança de regime político desde a independência. Tal evento, concretizado no 15 de Novembro, seja golpe, seja proclamação, seja oficialização, propiciou novos arranjos no poder, ou antes, no exercício deste. A Revolução Federalista (1893-1895) foi um dos maiores conflitos armados da então recém instaurada república brasileira.

O fim do Império e início da República foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa, como diz José Murilo de Carvalho¹. O Positivismo em grande escala, mas igualmente o Liberalismo, Socialismo e Anarquismo, misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas². A Constituição republicana de 1891, a

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 3^a ed. 2008, p. 42.

² CARVALHO, 2008, p. 42.

primeira da República, retirou um dispositivo da anterior, imperial, que se referia à obrigação do Estado em promover os socorros públicos, em uma indicação de enrijecimento da ortodoxia do Liberalismo em detrimento dos direitos sociais, assim como o Código Criminal de 1890, que, ao tentar proibir greves e coligações operárias, teve a mesma inspiração³.

O novo regime fez muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do Liberalismo imperial. Carvalho defende que, em certo ponto, houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais:

Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tiveram sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos.⁴

Ou seja, a ideia de possibilitar a participação popular a partir da implantação da república no Brasil mostrou-se nula, tanto na sua proclamação quanto nos anos que se seguiram⁵. De todo modo, a participação popular pretendida não seria possível em um modelo de governo centralizador, sobretudo em um país com as dimensões continentais como o Brasil. Para tanto, seria necessário a adoção do sistema federativo, que previa a descentralização administrativa, e o consequente

3 CARVALHO, 2008, p. 45.

4 CARVALHO, 2008, p. 45-46.

5 CARVALHO, 2007, p. 9.

fortalecimento do poder estadual. A República tornou possível a federação, que já era reivindicada antes da implantação do novo regime:

Em 1885, num célebre discurso proferido na Câmara dos Deputados, Nabuco assinalava a conveniência da Monarquia levar a cabo a concretização do ideal que existia desde os tempos da Independência. Justificando a necessidade da Federação dizia que as grandes distâncias impediam uma administração eficaz. As diferenças regionais eram outro argumento a favor da idéia: tão diferentes se apresentavam os problemas do nordeste e do centro, os do sul discrepavam tanto das demais regiões, que era impossível dar-lhes uma administração uniforme. Era evidente que se impunha maior autonomia local⁶.

Neste sentido, a característica mais importante da Constituição de 1891, a inaugural republicana, foi atender a esta reivindicação, ou seja, estabelecer a descentralização radical⁷. O Brasil tornava-se, de fato, uma federação. Cada estado elegeria diretamente seu próprio governador e legislatura, e teria poderes extensivos, tais como a autoridade de contrair empréstimos estrangeiros, arrecadar impostos interestaduais e manter milícia. O poder ficaria claramente com as oligarquias republicanas dos estados principais⁸.

6 COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 343.

7 SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 108-109.

8 SKIDMORE, 1998, p. 109.

Os primeiros choques no Rio Grande do Sul

O Positivismo encontrou no Rio Grande do Sul um terreno propício para estabelecer-se. De acordo com José Murilo de Carvalho, razões históricas específicas contribuíram para tal feito, como, por exemplo, a tradição militar da região, a necessidade de forte disciplina e coesão dos republicanos para poderem impor-se, até em virtude de serem eles minoria.⁹ Deste modo,

Mais do que nenhuma outra, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul incorporou elementos positivistas, especialmente no que se refere à predominância do Executivo; ao Legislativo de uma câmara e de caráter orçamentário; à ausência de referência a Deus, substituição do trinômio Família, Pátria, Humanidade; à política educacional e social.¹⁰

O modelo federativo, acrescido à ideologia positivista sendo aplicada no governo do estado, fortaleceu este último. Neste sentido, as ações para assumir o controle do poder local tomaram contornos mais drásticos. No Rio Grande do Sul, os choques, as disputas entre as facções que deixavam o poder contra as que ascendiam a este, foram gradativamente se acirrando, até tornarem-se irreconciliáveis. De acordo com Alves,

A partir da Proclamação da República, as especificidades político-partidárias sul-rio-grandenses tornaram-se ainda mais acentuadas, uma vez

9 CARVALHO, 2007, p. 28.

10 CARVALHO, 2007, p. 28-29.

que, ao contrário do restante do país, que contou com uma republicanização relativamente mais tranquila, o Rio Grande do Sul, no período de implantação da nova forma de governo, passou por uma de suas fases de maior agitação partidária da qual adviria séria crise política e revolucionária.¹¹

Os republicanos, antes uma minoria, assumiram a função de modelar as novas instituições, tanto na esfera nacional quanto nas unidades da federação. No Rio Grande do Sul, os funcionários ligados ao Partido Conservador foram afastados de seus cargos pelos Liberais no ano de 1889, antes, porém, da Proclamação da República. Muitos destes Conservadores, como o deputado José Gabriel da Silva Lima e também Francisco da Silva Tavares, destacado líder Conservador sul-rio-grandense e membro de um dos mais poderosos clãs da província¹² anunciaram sua conversão ao republicanismo. Love diz que,

Na última eleição nacional no estado, em agosto de 1889, os liberais derrotaram os conservadores e os republicanos, elegendo em seis pleitos seis deputados. No mesmo ano, 25 liberais e 11 conservadores asseguraram seus lugares no Legislativo Provincial; os republicanos não estiveram representados¹³.

11 ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In _____, *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Editora da Furg, 2002, p. 23.

12 LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 43.

13 LOVE, 1975, p. 42.

Com a República, o expurgo que antes fizeram os Liberais contra os Conservadores agora era feito contra aqueles, pelos Republicanos. Apesar de Deodoro colocar no governo do Rio Grande do Sul o-Liberal Visconde de Pelotas, nomeou também Júlio de Castilhos como Secretário do Governo Estadual, posto que permitia ao jovem político aprovar a nomeação da maioria dos funcionários. Love afirma que, em nível local e estadual, funcionários Liberais foram demitidos em massa. Delegados, bem como comandantes de unidades da Guarda Nacional, foram exonerados¹⁴. Sérgio da Costa Franco diz que a escolha do Visconde de Pelotas para o governo do estado deu-se pela proximidade deste com Deodoro, contudo, o que foi determinante para a escolha do Visconde foi influência dos militares na política rio-grandense e também o peso dos peronalismos.¹⁵ A partir das eleições de 1890, Castilhos e o PRR “começaram a montagem da máquina de controle político dentro do Rio Grande do Sul.”¹⁶

Na política sul-rio-grandense, nestes primeiros anos de República, a proposta positivista para o regime é de um governo autoritário e centralizado, fixando o poder entregue a uma elite dirigente, filiada ao Partido Republicano, sob o respaldo de que (ainda de acordo com os princípios do Positivismo) há uma clara distinção entre aqueles que detêm o saber técnico e que, por consequência, “estão melhor habilitados para mandar, e o restante da sociedade, que deve obedecer”,¹⁷ prevalecendo assim os mecanismos de coerção, muito mais do que os de consenso. Para garantir a im-

14 LOVE, 1975, p. 43.

15 FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p. 9.

16 FRANCO, 1993, p. 20.

17 PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp.. 57-62.

plantação e cumprimento deste modelo, o governo do estado contou a seu favor com o apoio do Exército, em nível federal, e também a criação da Brigada Militar, força estadual de repressão ligada ao governo e criada justamente por Júlio de Castilhos¹⁸.

Por tudo isso, no período compreendido entre 1889 a 1895, ocorreu no Rio Grande do Sul aquilo que Gunter Axt chama de “a institucionalização republicana”.¹⁹ Foi o período de maior instabilidade política e administrativa. Em três anos (de 15 de novembro de 1889 até 25 de janeiro de 1893) 16 presidentes se alternaram na presidência do estado,²⁰ o que evidencia a instabilidade. O período é marcado pela construção do sistema que Axt denomina “edifício jurídico” de sustentação do governo instaurado por Castilhos e o PRR e também pela neutralização da oposição e pela formatação do modelo institucional autoritário que culminaria na hegemonia castilhista, de 1895 até 1903. Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando o PRR, a administração pública, a política estadual e as situações municipais²¹. A maior marca do período, porém, seria a guerra civil intra-oligárquica deflagrada entre castilhistas e gasparistas.

18 Idem, pp. 63-64.

19 AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: O Sistema de Relações de Poder. In *República Velha* (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiça Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, p. 97.

20 FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Edito - ra da Universidade/UFRGS, 1996, pp. 59-131.

21 FRANCO, 1996, p. 59-131.

Eclode a o conflito

Em reação, as oposições ao castilhismo organizam-se efetivamente a partir do retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, no ano de 1892. Ainda lide rança de prestígio e influência no estado, sobretudo na região da Campanha gaúcha, Silveira Martins pretendia fundar um partido independente e forte, articulado para defesa dos princípios Liberais.²² À presença do antigo tribuno, somaram-se lideranças locais de diversas matizes²³, para fundar, finalmente em 31 de março daquele mesmo na cidade de Bagé, o Partido Federalista, agremiação que teria destaque na cena política gaúcha pelas próximas três décadas, como oposição ao castilhismo.²⁴ A escolha das forças opositoras no município fronteiriço da Campanha não foi de balde, segundo Love:

O município de Bagé, na Campanha, foi o local escolhido para a convenção organizatória do novo partido e continuaria a ser o centro do poder federalista. Município rico, embora de população altamente estratificada e baseada no latifúndio, Bagé não era só a terra de Silveira Martins mas também da poderosa família Tavares; antigos dirigentes monarquistas e tradicionais rivais políticos haviam sido compelidos a dar-se definitivamente as mãos, devido a Castilhos.²⁵

22 FRANCO, Sergio da Costa. O Partido Federalista. In *República Velha* (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, p. 134.

23 As oposições eram compostas por ex-liberais, ex-conservadores e até mesmo republicanos históricos expurgados pelo castilhismo.

24 LOVE, 1975, p. 53.

25 LOVE, 1975, p. 53-55.

Além de Bagé e outras cidades importantes da fronteira, como Sant’Ana do Livramento, havia representantes de peso de outras cidades do estado, o que possibilitava uma forte base de sustentação do novo partido, entre as quais Porto Alegre, Passo Fundo, Caxapava do Sul, São Gabriel e Pelotas.²⁶

O regresso de Silveira Martins impôs nova disciplina às forças anticastilhistas, tanto em termos de ideologia como de liderança, ganhando mais coesão e unidade de propósito. Os alijados do poder político, ao lado dos dissidentes castilhistas, agora aglutinados sob a égide de federalistas,²⁷ deram início à reação armada. A guerra eclodiu em 5 de fevereiro de 1893, quando o general-em-chefe dos federalistas, João Nunes da Silva Tavares, fez divulgar um manifesto que conclamava os cidadãos às armas²⁸. No mesmo dia desta proclamação, a primeira partida de rebeldes, a mando de Gumercindo Saraiva, ultrapassava a fronteira do município de Bagé, oriunda da república vizinha do Uruguai, onde as forças insurretas estavam sendo organizadas. Em 11 de fevereiro, já no Brasil, acontecia o primeiro embate entre os federalistas e as forças legais²⁹.

A Revolução Federalista foi um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados ocorridos na história do Brasil, contabilizando, segundo a maioria dos historiadores e pesquisadores do tema, algo em torno de 10 a 12 mil mortos nos estados do Rio Grande do

26 FRANCO, 2007, p. 135.

27 A relação direta entre os fundadores do Partido Federalista e os signatários do manifesto que os comandantes da rebelião assinaram em Santa do Livramento em 15 de março de 1893, é estabelecida por Sérgio Franco, que identificou nada menos que 17 fundadores do partido, em comum nas duas atas. Conforme FRANCO, 2007, p. 136.

28 ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 95.

29 FRANCO, 1996, p. 133.

Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1893 e 1895. A Revolução não deve, contudo, ser reduzida apenas a este curto período temporal, uma vez que seus antecedentes remontam a antigas rivalidades arrefecidas a partir da instauração da República no Brasil (e o seguinte apeamento dos antigos mandatários Liberais do poder local), bem como não se pode considerar totalmente encerrada após o armistício de 1895. Ainda que o conflito armado seja normalmente estudado sob os enfoques econômico e social, sobretudo o fator *violência*, que majoritariamente é destacado quando se trata de Revolução Federalista, é o aspecto político que merece nosso olhar mais atento. Nas palavras de Alves,

O confronto militar representou o ápice da bipolarização político-partidária que dominara o cenário gaúcho desde a Proclamação da República. A visão e os projetos políticos de cada um dos grupos em conflito eram incompatíveis entre si [...]. A guerra movida contra os castilhistas tornaria-se também um combate ao Marechal Floriano que sustentava a situação gaúcha, de modo que as atividades bélicas ultrapassaram as fronteiras sul-rio-grandenses, chegando às terras catarinenses e paranaenses.³⁰

A luta estabelecia objetivos políticos bem delineados. Para Joseph Love, o que os federalistas-revoltosos desejavam, primeiramente, era a extinção da Constituição castilhista de 14 de julho, o que, atingida a meta, consequentemente provocaria a queda de Floriano Peixoto, então protetor de Castilhos. Uma aspiração mais ampla dos revoltosos era a substituição do sistema presidencial, estabelecido na Constituição

30 ALVES, 2002, p. 35-36.

Federal, por um regime parlamentar, enquanto alguns mais exaltados, “ousadamente”, segundo Love, professavam a volta à monarquia³¹

Nesta guerra preponderava o elemento civil, sobretudo no lado federalista. Eram, basicamente, “estancieiros à frente de peões armados”,³² em uma força que alcançava a marca de 80% do total de combatentes revolucionários.³³ Ela opôs, de um lado, os aliados do poder (desde grandes latifundiários da campanha gaúcha, antigos liberais e conservadores, e até mesmo alguns republicanos históricos) e aqueles novos detentores: os republicanos castilhistas. Este conflito, que extrapolou as fronteiras do Rio Grande do Sul e avançou até o Paraná e teve conexões com a Revolta da Armada, marcou profundamente a vida política do estado sulino.

Uma das fontes mais utilizadas para a construção de uma história da Revolução Federalista é a memória. Relatos da época, produzidos por testemunhas oculares dos eventos que narravam, foram publicados na esteira dos acontecimentos, logo após o término do conflito em alguns casos, ou muito tempo depois, em outros. Em ambos, estes veículos da memória original levavam ao grande público descrições pormenorizadas de batalhas, posicionamentos, ideias e até mesmo o cotidiano daqueles tempos revolucionários, obviamente filtradas pela ótica de seus respectivos autores. Se, durante um período de tempo tais relatos eram desprezados em função de sua latente parcialidade que indissociável de cada um, com a afirmação da academia sobre

31 LOVE, 1975, p. 65.

32 FRANCO, 1993, p. 47.

33 MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs). *Pensar a Revolução Federalista*, Rio Grande: Editora da Furg, 1993, p. 21.

os estudos diletantes, tal tipo de fonte tornou-se lugar obrigatório para a composição historiográfica da guerra civil que dividiu o estado do Rio Grande do Sul e espalhou-se por todos os estados sulinos.

Sendo assim, nossa atenção recai sobre a análise das mais significativas obras de caráter memorialístico, publicadas ou republicadas no decorrer das três últimas décadas, e em sua maioria atrelada a alguma iniciativa acadêmico-institucional.

Conceituando a memória: breve reflexão

Em seu sentido mais elementar, memória seria um “lembra”, aquilo que se retém (ou se registra), em processos mentais ou materiais, como forma de preservar um passado, seja individual ou coletivo. Mas ela é mais do que isso.

Conceituar a contento memória, deste modo, decorre primeiramente em estabelecer uma série de questões acerca do que efetivamente é, mas principalmente seus usos e problemas inerentes. Elizabeth Jelin propõe que pensemos “as memórias”, ao invés de “a memória”, e expõe o contraponto em pensar a natureza da memória (o que é) e os processos de construção de memórias, ou seja, como se dá a fabricação destas. Segundo a autora, Há uma tensão entre se perguntar sobre o que a memória é e propor pensar em processos de construção de memórias, de “memórias no plural”, e de disputas sociais acerca das memórias, sua legitimidade social e sua pretensão de “verdade”. Em princípio, há duas possibilidades de trabalhar com esta categoria: como ferramenta teórico-metodológica, a partir de conceitualizações, desde distintas disciplinas e áreas de trabalho, e outra, como categoria social a que se referem (ou omitem) os atores sociais, seu uso (abuso, ausência) social e político, e as conceitualizações e crenças do sentido comum.³⁴ Jelin avança ao afirmar que, ao

³⁴ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Siglo Veintiuno editores, Es

abordarmos a memória envolvida em algum aspecto histórico, referimo-nos a memórias e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Nesta perspectiva, há em jogo saberes, mas há também emoções. E há também vazios e fraturas.

Michael Pollak, por sua vez, nos fala das relações entre memória e os sentimentos de pertencimento que, segundo ele, são estabelecidas, ou ao menos favorecidas, por aquela: “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” como partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. Neste caso, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis.³⁵ Quando fala que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõe uma sociedade, Pollak sinaliza que a memória é, em parte, herdada e, compartilhando de posição similar à de Jelin, que a memória é um fenômeno construído. Porém, para o autor, essa construção pode ser tanto consciente como inconsciente³⁶.

Seguindo de acordo com a perspectiva de que a memória reforça os sentimentos de pertencimento e ainda que faz uso e reconstrói o passado de grupos, seja pelos motivos defendidos por Pollak ou outros não

paña, 2001, p. 17.

35 POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 9

36 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 201.

sugeridos por ele, temos como perceber que a memória opera no sentido de construir identidades. Prossenguindo, é ainda Pollak que afirma que a memória é um elemento constituinte da identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.³⁷ Neste mesmo sentido escreve Le Goff, ao afirmar que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamental dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.³⁸

Porém, para falarmos de identidade e identificação, é preciso também falar em *diferenciação*. Jelin diz que, para fixar certos parâmetros de identidade (nacional, de gênero, política ou outro tipo), o sujeito da memória seleciona certos marcos, certas memórias, que o põe em relação com outros. Estes parâmetros, que implicam ao mesmo tempo ressaltar alguns traços de identificação grupal com alguns e de diferenciação com “outros” para definir os limites da identidade, se convertem em marcos sociais para enquadrar as memórias.³⁹

Sobre os enquadramentos da memória, ou memória enquadrada, que Pollak considera como um termo mais específico⁴⁰ do que *memória coletiva*⁴¹ é possível dizer que as funções da memória, neste caso, são “manter a coesão interna e defender as fronteiras

37 POLLAK, 1992, p. 205.

38 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003, p. 469.

39 JELIN, 2001, p. 24.

40 ROUSSO, H. *Vichy, le grand fosse*. Vingtième Siècle, 5, 1985, p. 73 apud POLLAK 1989, p. 10.

41 Reportando-se às teorias de, e principalmente, Maurice Halbwachs e, posteriormente, Pierre Nora.

daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum”,⁴² ou seja, fornecer um quadro de referências, ou ainda, pontos de referência. Pollak toma emprestado de Bourdieu a expressão “trabalhos de enquadramento” para poder explicar o processo de construção da memória enquadrada. Para Bourdieu, “o trabalho político é sem dúvida a expressão mais visível desse trabalho de enquadramento da memória”⁴³. Mas esse enquadramento de uma memória tem limites, ainda de acordo com Pollak, pois “ela não pode ser construída arbitrariamente”, já que esse trabalho deve satisfazer a “certas exigências de justificação”⁴⁴ de modo a poder garantir a subordinação das condutas humanas às construções da memória que, nesse caso, já é enquadrada.

Para Jelin, há dois tipos de memória que é importante fazer distinção: as habituais e as narrativas, sendo as narrativas as que mais interessam para a construção de um saber histórico pois, dentro delas, estão as que podem encontrar ou construir os sentidos do passado e – tema especialmente importante – as “feridas da memória” mais que as “memórias feridas” (esta última, expressão de Ricoeur), que, segundo a autora, tantas dificuldades tem em constituir seu sentido e armar sua narrativa.⁴⁵ A memória, então, está centrada em acontecimentos, personagens e lugares, segundo Pollak⁴⁶, e é disposta sobre alguns eixos, que Jelin chamou de “eixos da memória”. O primeiro deles, refere-se a sujeito

42 POLLAK, 1989, p. 10

43 BOURDIEU, Pierre. *La representation politique, Actes de la recherche em sciences sociales*, 36/36, 1981, p. 3 apud POLLAK, 1989, p. 10.

44 BOLTANSKI, *Les économies de la grandeur*, Paris, PUF, 1987, p. 14 apud POLLAK, 1989, p. 10.

45 JELIN, 2001, p. 27.

46 POLLAK, 1992, p. 201.

que rememora ou esquece, tanto indivíduos quanto as chamadas memórias coletivas (como propôs Halbwachs⁴⁷). Um segundo eixo refere-se aos conteúdos, ou seja, a questão do que se recorda e o que se esquece. Jelin diz que “vivências pessoais diretas, com todas as mediações e os mecanismos dos laços sociais, do manifesto e do latente ou invisível, do consciente e do inconsciente”, e também “saberes, crenças, padrões de comportamento, sentimentos e emoções que são transmitidos e recebidos na interação social, nos processos de socialização, nas práticas culturais de um grupo.”⁴⁸

Finalmente, a memória se produz enquanto há sujeitos que compartem uma cultura, e ainda ocorre enquanto há sujeitos que compartem uma cultura, enquanto há agentes sociais que são concebidos como, ou que se convertem em “veículos da memória”, tais como livros, museus, monumentos, filmes ou livros de história.⁴⁹ Ou seja, Jelin apresenta como veículos da memória aqueles agentes sociais que assim são atribuídos de tal significância. E quem atribui esta significância de “sujeitos da memória”? Certamente não são autodefinidos, são os homens que atribuem esta significação. Quem dá sustentação a esta afirmação é Pierre Nora, que, ao longo do extenso estudo empreendido em seu *Les Lieux de Mémoire*⁵⁰, introduz o conceito de “lugares de memória”. Para Nora, “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arqui-

47 Ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006.

48 JELIN, 2001, p. 17.

49 JELIN, 2001, p. 34

50 Uma interessante e elucidativa abordagem a respeito da obra de Pierre Nora e sua obra é tratada no artigo de ENDERS, Armelle. *Les Lieux de Mémoire, dez anos depois*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 128-137, onde o autor discorre sobre a importância de Nora e a relevância de sua obra, além de abordar usos e questionamentos a respeito desta, dez anos após a publicação original. Trata, também, do que considera apropriação indiscriminada e vulgarização da expressão “lugar de memória”.

vos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (...) só entra na categoria se for objeto de um ritual”.⁵¹ Ora, para haver imaginação, para haver um “ritual”, é necessário presumidamente da existência de quem age sobre, ou seja, do único sujeito que é facultativo o ato de imaginar, ritualizar, criar e imbuir significados: o homem.

Mas, quando essa memória, efetivamente, vira história? Se toda a crítica é feita para a relação memória-história, em algum momento a interação resultará em conhecimento histórico. Para poder usar a memória como construtora de história, é preciso antes a comparação, alargar os horizontes com novas perspectivas, como bem afirmou Vidal-Naquet: “assim como o viajante tem uma visão bem diferente de um monumento quando encosta o nariz contra ele do que quando toma distância, a memória enriquece a perspectiva histórica ao permitir a comparação, ao abrir as janelas em distintas direções”.⁵² A partir daí, a memória torna-se legível ao historiador e pode virar história pelas mãos deste. Em suma, a história trabalha com a ideia de um ordenamento possível de suas fontes como forma de tornar legível a memória. Ao se tornar legível, a memória faz-se história. É desta perspectiva que se deve compreender a ideia da discursividade da história. A memória, material com o qual o historiador lida, só é legível pela sua “tradução” em palavras, mais uma vez enquanto forma discursiva, maleável, manipulável, normalizado, porém disposto a ser arranjado de forma diferente por cada uma das pessoas (estilo) num suporte físico

51 NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 21.

52 VIDAL-NAQUET, Pierre: *Los judíos, la memoria y el presente*, Introducción, Fondo de Cultura Económica, Argentina, 1996, p. 15.

(documento).⁵³

É importante ter em mente que, tanto memória quanto história são seletivas por definição.⁵⁴ Implicam em uma eleição de fatos, eventos, esquecimentos, silêncios, descrições, em detimentos de outros. Ambas não se confundem com a realidade, como bem afirmou Vidal-Naquet,⁵⁵ mas são uma boa perspectiva de realidade. E essa perspectiva de realidade, que é desejável que seja o mais próximo fiel aos acontecimentos (ainda que nunca totalmente provável) deve ser utilizada, conforme Félix, “como instrumento de construção, isto é, quem tiver a memória e consciência histórica, com mais segurança será dono do presente e do seu futuro”,⁵⁶ pois, segundo ela, “todo o grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos; penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro”⁵⁷.

Neste cenário é que a história justifica-se e impõe-se como fundamental no conhecimento que se traduz em poder. A memória, por si só, nunca é crítica. Pode ser ideologicamente formatada – e sempre o é – e ter posições de criticidade acentuadas, como é o caso das obras que apresentaremos a seguir, mas esta crítica que pode ser constituinte do seu conteúdo é de tipo distinto ao que aqui chamamos a atenção. E é somente ao ser confrontada e utilizada pela história é que a memória passa a ter valor histórico, legitimada enquanto

⁵³ MURGUIA, Eduardo Ismael; RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. Memórias, Histórias e Novas Tecnologias. *Impulso*, Piracicaba, v.12 n.º 28, 2001, p. 185.

⁵⁴ VIDAL-NAQUET, 1996, p. 16.

⁵⁵ VIDAL-NAQUET, 1996, p. 17.

⁵⁶ FÉLIX, Loiva Otero. História & memória: a problemática da pesquisa. 2.a ed. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2004, p. 17.

⁵⁷ FÉLIX, 2004, p. 17.

saber científico, possibilitando operar no sentido em que Le Goff defendeu, ou seja, que sirva para a liberação e não para a servidão dos homens.⁵⁸

58 LE GOFF, 2003, p. 477.

A memória na/da Revolução Federalista

A memória oriunda da Revolução Federalista, estabelecida como ponto de partida para vários estudos de natureza historiográfica, tem sido objeto de publicações nas últimas três décadas através de esforços principalmente de pesquisadores. Das obras que iremos abordar neste brevíssimo estudo de caso, todas foram publicadas sob o formato livro, com texto integral, antecedidos por apresentações de algum estudioso, do autor ou da temática. Em sua ampla maioria, são iniciativas ligadas a instituições, seja dedicadas ao ensino e à pesquisa, ou entidades vinculadas ao estado. Em apenas um dos casos foi uma iniciativa editorial independente, caso de *Voluntários do martírio*, também o primeiro a ser publicado. Em comum, também, está o objetivo manifesto, direta ou indiretamente, de se “entender” a “luta fratricida”. A seguir apresentaremos um resumo das obras publicadas e seus respectivos autores.

Fabrício Pilar

O segundo livro de memórias publicado foi o único vinculado à facção legalista: *Memórias da Revolução de 1893*, não por acaso, em comemoração aos 150

anos da Brigada Militar, em 1984. Teve organização e apresentação do historiador Helio Moro Mariante, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. O livro, de 224 páginas, foi publicado pela Editorial Presença sob encomenda da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

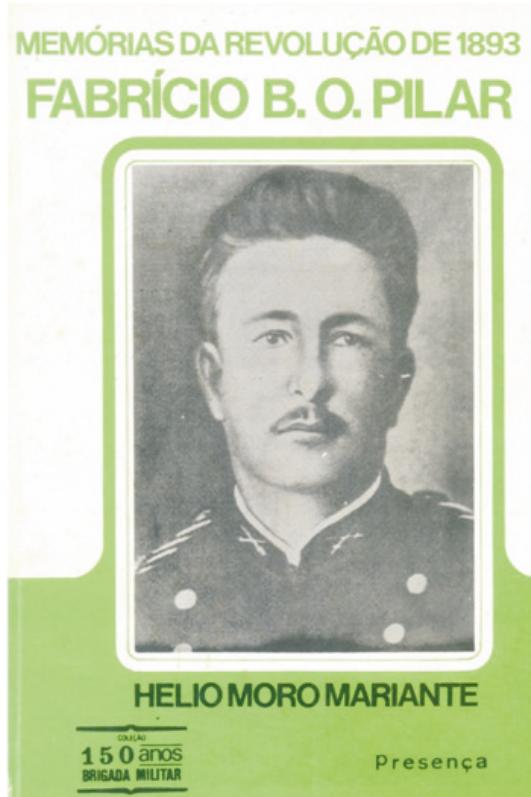


Figura 1: capa de “Memórias da Revolução de 1893”, de Fabrício Pilar

Desembos

tar-se que estes opiniões nem de menor formalidade serviram, visto que a retirada estava sendo efectuada prouessamente desde 28 e 30 ja mais de metade da coluna achava-se internada na picada! Note-se mais, que foi isto a 1^o vez que os Comitês de corpos manifestaram o concurso de suas idias! Seria porque a cura era por demais séria que o General e o Strader fôdiam a opinaes escritas, como para guardarem uma resalva á futuras reclamações? Mas aquelas que não concorriam com suas opiniões para que as causas chegassem á este pé, também, diriam ficar isentos dessa responsabilidade agora! Eis ali a tal profecia da nova guerra!... A retirada foi feita com precipitação, sem tomar em medidas provisórias essenciais, como transporte para dentro, rumaria de gado com regularidade para que os colonos estrangeiros não priessem prejudicá-los e quizessem! mas, nada disso se fez; a 2^o Br. qdela ficou fazendo a retaguarda e os 4, 5, 6^o seguiram na frente levando o gado que encontravam dispersados as mais em series contingencias!

Figura 2: fac-símile de uma página do diário de Fabrício Pilar

Seu autor, Fabrício B. O. Pilar, foi dirigente de uma unidade da Cavalaria da Brigada Militar. A narrativa constitui-se basicamente de um diário militar, apresentando fatos organizados cronologicamente, e dividido em 2 "cadernos", nomeados de "memórias". Traz uma lista das forças legais e revolucionárias e do armamento utilizado na época, além de um depoimento sobre a morte de Gumercindo Saraiva. Contém também índices onomástico e topônimo, sem indicação,

porém, se de autoria do organizador ou do memoria lista.

Apesar de a maioria dos registros serem compostos de dados e informações a respeito da localização e resumos de rotinas militares, também aparecem informações subjetivas do autor e também transcrições, normalmente principiadas pela expressão “fique aqui consignado que...”. Quando a subjetividade aparece revela seu descontentamento em ter de submeter-se à decisões de pessoas que não possuíam condições de comandar grandes unidades, como o senador Pinheiro Machado e o dr. Ramiro Barcelos, por exemplo, pois “careciam de conhecimentos militares”. Seus adversários federalistas são designados como “facínoras”, “vândalos”, “canalhas” e “sacripamantas”, e apresenta ironias ou sarcasmos valendo-se de interrogações, exclamações ou reticências sempre que se refere a eventos que aparentemente não ocorreram em confirmidade com sua ótica.

João Eickhoff

O livro *O Doutor maragato*, de 96 páginas, foi publicado pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como parte da coleção Síntese rio-grandense (volume 15), em 1994. Teve tradução, apresentação e notas da historiadora Hilda Agnes Hübner Flores (da PUCRS), tradicionalmente vinculada à estudos de imigração alemã e historiografia da zona colonial alemã no Rio Grande do Sul. De todas as obras, esta é a única com preocupação de inserir notas explicativas ao longo do texto, de autoria da historiadora

dora. Foi publicado a partir de originais de propriedade do bibliógrafo Júlio Petersen que os disponibilizou para aquela edição.

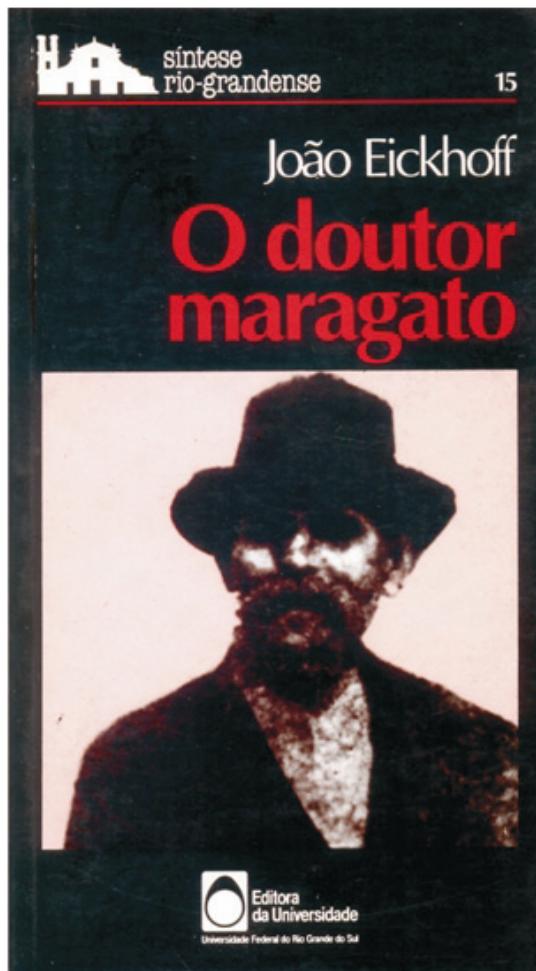


Figura 3: capa de “O doutor maragato”, de João Eickoff

O autor, João Eickoff, era oriundo de Bremen, Alemanha. Tinha como ocupação as atividades de médico e também marceneiro, por incrível que possa parecer a observadores contemporâneos. Segundo Hilda Flores, não consta na família que Eickhoff era médico formado. Emigrado jovem, não teve curso regular de medicina na Europa e nem na nova pátria teve condições para tal. Tendo adquirido os conhecimentos para a prática talvez quando trabalhou em uma farmácia de Porto Alegre, facilitado pela Constituição de 1891 que legalizara o trabalho dos “práticos” facultando-lhes o exercício da medicina⁵⁹. Estabelecido na região colonial alemã, foi perseguido pelos castilhistas, refugiou-se entre os federalistas. Sua narrativa é um relato-teste munho composto de depoimentos, diálogos e observações. Ao contrário da maioria dos outros diários, seu conteúdo foi estruturado em subtítulos e não em datas.

Luiz de Senna Guasina

Publicado em 1999, o livro *Diário da Revolução Federalista* possui 176 páginas. Teve apresentação de Coralio Bragança Pardo Cabeda, historiador ligado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Foi publicado, através da Edições EST, pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, órgão ligado a Secretaria da Cultura do RS. Segundo Cabeda, a iniciativa de trazer a público o diário até então inédito foi da então diretora do Arquivo Histórico, Vanessa Ferreira Dutra.

⁵⁹ FLORES, Hilda. Introdução. In EICKHOFF, João. *O doutor maragato*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 10.



Figura 4: capa de “Diário da Revolução Federalista”, de Luiz de Senna Guasina

Seu autor, Luiz de Senna Guasina, foi titular do cartório distrital e professor na localidade de Cerrito de Ouro. Durante a guerra, atuou como soldado na coluna de Gumercindo Saraiva e do general Salgado. Era um típico diário pessoal, organizado cronologicamente por datas, constando também reproduções de notícias dos jornais da época aos quais o autor teve contato, conteúdos de telegramas recebidos nas colunas que participou, além da narração das marchas e deslocamentos e também do cotidiano por ele vivenciado. Destaca, em suma, as impressões sobre a guerra civil, majoritariamente em seus aspectos marciais, mas também políticos, geográficos e humanos. Em grande parte dos relatos trata de transcrever o que saía na imprensa (a que tinha contato) a respeito da revolução. Assim, todo diário que colocava as mãos transcrevia o que tinha sido noticiado a respeito do conflito e os telegramas ali publicados por parte dos federalistas, em sua maioria em veículos uruguaios ou argentinos.

Os Tavares

Os mais recentes lançamentos dentro das características de livros de memória, são os *Diários da Revolução de 1893*, divididos em dois tomos, de autoria de João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) e Francisco da Silva Tavares, ambos generais Federalistas.

A MEMÓRIA NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

FRANCISCO DA SILVA TAVARES

DIÁRIOS DA REVOLUÇÃO DE 1893

TOMO I

Organizadores:

Coralio Bragança Pardo Cabeda
Gunter Axt
Ricardo Vaz Seelig



GENERAL JOCA TAVARES

DIÁRIOS DA REVOLUÇÃO DE 1893

TOMO II

Organizadores:

Coralio Bragança Pardo Cabeda
Gunter Axt
Ricardo Vaz Seelig



Figuras 5 e 6: capas de “Diários da Revolução de 1893” tomos I e II, de Francisco e João Nunes Tavares

Os livros foram produzidos a partir dos diários dos antigos chefes locais do Partido Conservador durante o império, e federalistas já após a proclamação da república no Brasil. Trata-se de uma iniciativa do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 2004, e foi organizado por Ricardo Vaz Seelig (Coordenador do Memorial do MPRS), Coralio Bragança Pardo Cabeda (historiador vinculado ao IHGRGS) e Gunter Axt (historiador e consultor). Cada tomo traz uma breve biografia de seus autores, sendo a de Francisco da Silva Tavares assinada por Gustavo Py Gomes da Silveira e a do general Joca Tavares, feita por Alvaro W. Bischoff.

Ambos têm estrutura similar quanto ao conteúdo, majoritariamente formado por diários de guerra, com o acréscimo de transcrição de telegramas recebidos pelos líderes em marcha, recortes de notícias da imprensa, percepções dos momentos vivenciados, cartas e bilhetes etc. A publicação de tais diários foi feita pelos organizadores como se tornando a público algo “desconhecido por 110 anos”, o que é parcialmente verdadeiro. Se estes documentos ainda não haviam sido publicados nunca anteriormente no formato e suporte ora apresentados, já era de conhecimento de pesquisadores sobre a sua existência, como foi chamado a atenção para a análise deste material no primeiro dos encontros promovidos pela Universidade da Região da Campanha (Urcamp), em 1983, através do Seminário *Fontes para a história da Revolução Federalista*, evento ocorrido em Bagé justamente com a pretensão de se arrolar documentação primária para a pesquisa e o estudo a respeito da guerra civil de 1893-95.

Ângelo Dourado

Cronologicamente, o primeiro a ser publicado (e único que ganhou reedição) é também o mais em blemático – e mais utilizado pela historiografia da Revolução Federalista – intitulado *Os voluntários do martírio: fatos e episódios da guerra civil*, publicado em 1896, apenas um ano após o término do conflito, pela Livraria Americana, da cidade de Pelotas. Foi relançado em 1977⁶⁰, em edição facsimilada de 432 páginas pela editora Martins Livreiro, de Porto Alegre, renomeada para *Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*, com apresentação e brevíssimos dados biográficos do autor pelo historiador Sérgio da Costa Franco. O sucesso da iniciativa fez com que se publicassem no total quatro edições, a última delas em 1992. Foi o único livro de memória publicado sem apoio ou respaldo institucional, mas iniciativa privada da editora, tradicionalmente ligada à publicações de natureza histórica co-cultural do Rio Grande do Sul.

60 DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da revolução de 1893*. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1977.

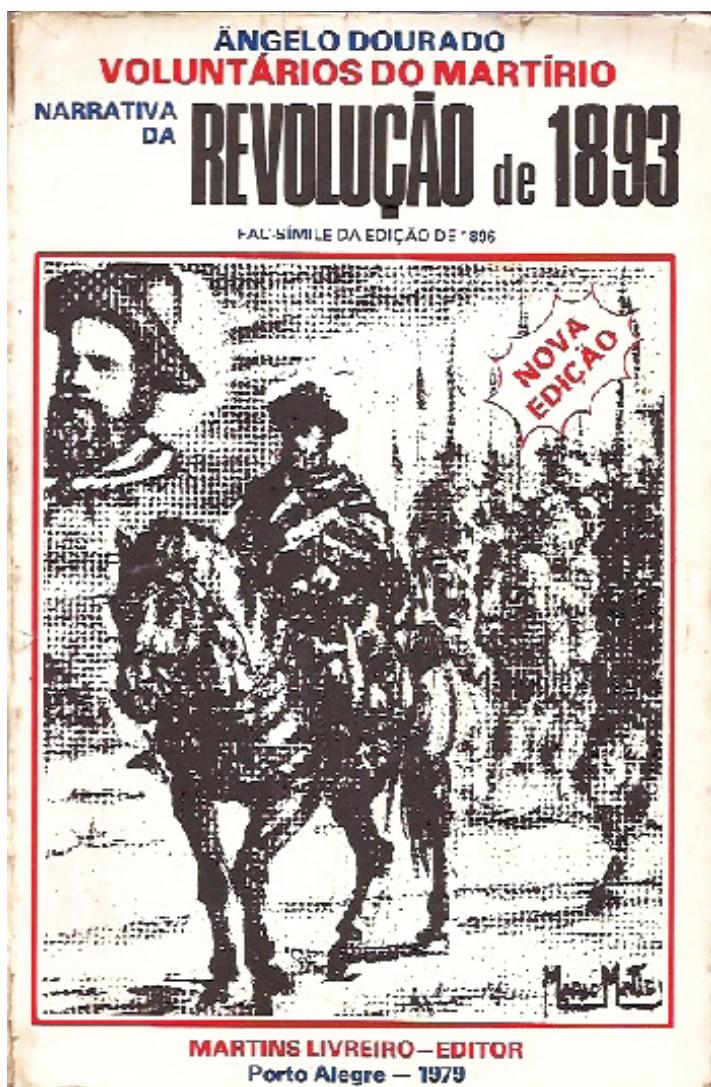


Figura 1: capa de “Voluntários do Martírio”, já em edição facsimilada de 1979

Os registros ocorreram durante a participação de Dourado no conflito, e o que viria a ser o livro acabado era uma compilação de cartas à esposa e seu diário pessoal, permeado por reflexões sócio-políticas, excertos literários e panfletagem à causa federalista. Teve inúmeros usos pela historiografia da revolução, ao longo do período, desde os fatos e episódios propriamente ditos da guerra, mas também como base para a construção de narrativas a respeito de costumes e hábitos sulinos, historiografia da zona colonial, história e gênero, etnografia, cultura erudita e popular, aspectos da imigração, violência etc.

Ângelo Cardoso Dourado Pereira, baiano de nascimento⁶¹, formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1880⁶². Casou-se naquele então província com Francisca Autran⁶³, de família aristocrática soteropolitana e, segundo o próprio, nascida e educada em Salvador, descendente “dos ricos armadores Amorim Filgueiras e dos fidalgos Albuquerque, e dos Autrans cujo nome ilustre [...] perpetuou no Brasil pela distinção intelectual como mestre em medicina e jurisprudência”.⁶⁴

61 Quanto à data de nascimento de Dourado, os autores apresentam divergências: segundo Sérgio da Costa Franco, na apresentação do livro *Voluntários do Martírio*, ele teria nascido em 6 de outubro de 1856; informação compartilhada por Boucinha (BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Ângelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989, p. 11). Já para Mario de Lima Beck, Dourado nasceu em 6 de novembro de 1856 (CORREIO DO POVO, ano 63, n. 63, ed. 14/12/1957, p. 9); enquanto para Walter Spalding, o médico baiano nasceu em 6 de novembro de 1857 (SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 49).

62 Recebeu a titulação de doutor neste ano ao defender a tese “sobre a operação cesariana”, conforme CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949, p. 149.

63 CRUZ, Nilda Autran Bastos. *Árvore de muitos frutos* (memórias). São Paulo: Edições Alarico, 1958, p. 41.

64 DOURADO, Ângelo. *A situação política do Brasil*. Jaguarão: Typ. do Comércio, 1905, p. 58.

Exerceu a profissão por um tempo na capital baiana, ocupando o cargo de Médico Ajudante da Saúde do Porto.⁶⁵ De lá, foi nomeado médico das colônias pelo Barão de Cotegipe e emigrou para o Rio Grande do Sul, vindo a desempenhar seu ofício médico na zona colonial gaúcha, especificamente na localidade denominada Conde D'Eu, atualmente município de Garibaldi. Dourado foi relacionado por Elvo Clemente como um dos primeiros médicos do local, a partir de seu levantamento efetuado entre os registros de correspondências, e atendia não só a colônia Conde D'Eu como também Dona Isabel e Caxias.⁶⁶

Apesar de seu idealismo manifesto, o que muito provavelmente motivou a transferência do médico baiano e sua família para tão longínquos destinos foi a busca de terrenos mais promissores para sua atividade profissional. Indícios para tal afirmação encontram-se nos próprios registros de Dourado, em que reclamava do excessivo “número de doutores” formados pelas escolas de medicina:

[É preciso] calcular-se a relatividade da nossa população para o número de doutores que hoje são brotados, com rapidez espantosa, das nossas academias; e que nas povoações disseminadas não terão o ganho suficiente, ao menos, para a existência, e aglomerados nas cidades serão indigentes; e se supõe-se que a emigração progressiva aumenta o terreno para o exercício dessas profissões enganam-se, porque com ela virão os profissionais de que precisem; calculando-se que o único meio será procurar o emprego público

65 ECHO DO SUL, ed. 1º de novembro de 1905, p. 1.

66 CLEMENTE, Elvo. *História de Garibaldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPU CRS, 1993, p. 45.

fatível de demissão [...]⁶⁷

Em virtude de a Faculdade de Medicina locar-se na Bahia, e ainda que para lá fossem estudantes de todo o Império e não apenas os locais, é natural pensar que houvesse já razoável número de médicos formados atuando em Salvador, o que diminuía as chances de desempenhar a contento as atividades profissionais daqueles recém-formados. Os jovens médicos, então, buscariam a sorte em outros lugares, como fez o próprio Dourado ao clinicar na localidade de Alto S. Francisco, conforme atesta artigo publicado no jornal *Gazeta Médica da Bahia*, datado de 2 de agosto de 1885,⁶⁸ antes de se transferir-se para o Rio Grande do Sul.

É certo que gozava de boa situação financeira, uma vez que possuía, no mínimo, cinco escravos em seu poder, que acompanharam sua família pelo menos até o exílio no Uruguai,⁶⁹ por ocasião da Revolução Federalista. Nominou-os em um de seus escritos:

[...] o dr. Julio de Castilhos anuncia pelo télegrafo, a nossa morte, em combate, dando-nos celebriidade que nunca julgamos merecer, anunciando a viuvez da jovem e amorosa esposa, e a orfandade dos filhinhos, antigos escravos nossos, porque não dizer-lhes os nomes? Nanán, Zizina, Faustina, Martha, Raphael, que se achavam no lugar onde a família órfã estava, acorreram, e cada qual procurava primar no afago ao orfãozinho que tomava a sua conta. [...] Nos cartórios do sertão da Bahia está o nosso nome libertando-os em massa, pelos motivos mais fúteis; até o nascimento do primeiro dente do

⁶⁷ DOURADO, 1905, p. 55.

⁶⁸ O artigo intitulava-se *A pilocarpina no tratamento das adenites*, publicado na GAZETA MEDICA DA BAHIA. Ano XVII, nº 3, setembro de 1885 p. 105-107.

⁶⁹ DOURADO, 1905, p. 42.

nosso primeiro filho.⁷⁰

Apesar disso, “tanto ganhava quanto gastava”,⁷¹ o que obrigou sua esposa, durante o período em que viveu no Uruguai, a desfazer-se de jóias e pertences para poder sustentar a si e sua família. Terminada a revolução e voltando Dourado às suas atividades profissionais, ainda assim não conseguiu formar grande patrimônio, uma vez que, ao morrer, deixou a viúva com dez filhos e sem recursos.⁷²

No Rio Grande do Sul, atingiu destacada posição na sociedade da época: participou da administração municipal em Bagé, foi um dos fundadores do Partido Federalista,⁷³ escreveu para jornais, publicou livros, frequentava banquetes e recepções⁷⁴ da elite gaúcha de seu tempo,⁷⁵ tendo sido, inclusive, dirigente da Loja Maçônica Acácia Rio Grandense, da cidade do Rio Grande, nos anos de 1898 e 1900.⁷⁶

Idealista, Dourado era o que se pode considerar de um típico intelectual⁷⁷ de fins do século XIX: erudito,

70 DOURADO, 1905, p. 42.

71 CRUZ, 1958, p. 41.

72 CRUZ, 1958, p. 41.

73 FRANCO, 2007, p. 135.

74 DOURADO, 1905, p. 20.

75 Conforme o legalista Jorge Reis, durante o banquete de inauguração da charqueada de Santa Thereza, de propriedade do então Visconde Ribeiro Magalhães, “fez uso da palavra o inteligente médico e eloquente orador dr. Ângelo Dourado.” (REIS, Jorge. *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Typ do Jornal do Povo, 1911, p. 136).

76 COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 1998 (tese de doutorado), p. 467.

77 Para este texto, adotamos a definição de intelectual conforme a descrita por Bobbio, como sendo aquele “sujeito específico, ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores (transmissores de ideias) que desde há um século são chamados de ‘intelectuais.’” (BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 109).

costumava citar em seus escritos, passagens célebres de autores clássicos da literatura universal como Dante Alighieri, Camões, Miguel de Cervantes, Shakespeare, Lord Byron, Milton, Rousseau, além dos brasileiros José de Alencar e Visconde de Taunay⁷⁸. Ao que tudo indica, comunicava-se também em língua francesa, tendo publicado em Bagé, no ano de 1892, o estudo intitulado *Memoire sur um cas de echinoque retro-bulbaire*. Possuía um gosto externado por óperas e concertos musicais, o que não se furtava de apreciar mesmo em pleno período revolucionário. Em certa ocasião, estando de passagem por Buenos Aires, foi presenciar diversos espetáculos no teatro lírico local, tais como *Lucia*, *Sonâmbula*, *Rigoletto*, *Cavalaria Rusticana*, *Dinorah*, *Gioconda* e *Aida*, além de ter visto e afirmado sua admiração pela soprano ligeira italiana Luisa Tetrazzini,⁷⁹ que viria a se tornar uma das mais famosas cantoras líricas de fins do século XIX e início do XX. Ao lado disso, mantinha sua grande inclinação à atividade da escrita, campo em que atuava nos mais variados segmentos, desde os trabalhos específicos concernentes à sua atividade profissional, os diversos artigos publicados na imprensa, e até mesmo obras literárias, passando por aquela que é a sua mais famosa e citada obra, o livro *Voluntários do Martírio*, um relato-testemunho sobre sua participação na Revolução Federalista.

Meio de formação de Dourado, as faculdades de Medicina, assim como as de Engenharia do período, baseavam seu ensino quase que exclusivamente nos livros, inexistindo, em quase todas, a prática de laboratório e investigação⁸⁰. Deste modo, conforme Carvalho:

⁷⁸ BOUCINHA, 1989, p. 29-31.

⁷⁹ DOURADO, 1977, p. 336.

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n° 1, p. 145.

Produziram engenheiros, médicos, militares, que sabiam filosofar sobre a ciência e o mundo, sem saber fazer ciência. E filosofavam no melhor estilo retórico, em que o brilho da frase, sua qualidade literária, a variedade dos tropos, eram mais importantes que sua veracidade. Naturalmente, brilho era o que deles se esperava, mesmo quando falavam contra o vício da retórica.⁸¹

Na inexistência da prática, sobravam elucidações teóricas. O médico formado nestes moldes privilegiava a busca pelo conhecimento através do estudo de outros autores, notadamente do centro irradiador de cultura e ciência – a Europa – em detrimento da experimentação. Isto explica, em parte, a inclinação dos médicos deste período à erudição, à valorização do saber através do livro, caracterizando aquilo que Certeau define como “progresso do tipo escriturístico”⁸² enquanto prática “legítima” (científica, política, escolar, etc) das sociedades ocidentais do período. Em Dourado, encontramos um dos exemplos característicos, cuja prática escrita foi uma constante ao longo de sua vida, pois desde muito cedo demonstrou inclinação às letras: em 1876, então com vinte anos, publicou o livro *O Médico dos Pobres*.⁸³ Antes disso, aos 14 anos e enquanto se convalescia do tifo, teria escrito seu primeiro drama.⁸⁴

Em decorrência do modelo estabelecido, a figura do médico e do cientista social, nas faculdades de Medicina do século XIX, se confundem, dando origem

81 CARVALHO, idem, p. 145.

82 Para saber mais sobre a “prática de escrever” nas sociedades modernas e o papel da escrita no cotidiano, ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 224-230.

83 OLIVEIRA, Marcelo França de. *Quando a memória vira história: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom Editora, 2009, p. 39.

84 DOURADO, 1977, p. 99.

a um tipo de intelectual com intervenção política e social. Surge então o que Schwarcz chama de “médico político”,⁸⁵ o sujeito que buscava afirmar-se em campos maiores de atuação:

Trata-se, portanto, da emergência de um saber médico no país, pautado por novas ambições e projetos, que fazem desses profissionais concorrentes à altura na disputa pela hegemonia intelectual no país. Os alvos, porém, são específicos: enquanto no interior da faculdade de medicina da Bahia percebe-se uma atenção especial aos temas da medicina criminal e toda uma batalha (...) nesse sentido; no Rio de Janeiro já será a pesquisa e atuação na área da higiene pública e da epidemiologia que congregarão o grosso dos esforços.

Dourado, formado neste meio acadêmico baiano, foi influenciado ao longo de sua graduação e reproduziu muito deste conhecimento adquirido e deste sentido de “papel social” que deveria desempenhar. Fazia parte de sua ação preocupar-se tanto com a realidade política e social à sua volta quanto com sua profissão, o que, seguindo a lógica do “progresso escriturístico”, a legitimação de suas atividades passava, necessariamente, pela publicação daquilo que produzia. Entre os trabalhos produzidos por Dourado relacionados à área médica estão o artigo intitulado *A pilocarpina no tratamento das adenites*⁸⁶ publicado na *Gazeta Medica da Bahia*⁸⁷ (1885) e os livretos *Memoire sur un cas de eczéma*

⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), 1994 p. 144.

⁸⁶ DOURADO, 1885, p. 105.

⁸⁷ A respeito do papel e da importância da *Gazeta Medica da Bahia* no âmbito do conhecimento e disseminação científica no Brasil imperial ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no*

noque retro-bulbaire (1892), *Oftalmia virulenta* (1899) e *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900).⁸⁸

Outra característica apontada como constituinte da intelectualidade – estabelecida ou pretendida – está na correspondência. Como Malatian afirma: “intelectuais escrevem cartas”,⁸⁹ e através delas se podem de tectar as redes de relações sociais, opiniões, posicionamentos, sentimentos diversos e movimentações entre os correspondentes. Há pelo menos um registro de envio de carta por Dourado destinada a um contemporâneo ilustre, o escritor Euclides da Cunha, com elogios a *Os Sertões* e considerações sobre a Guerra de Canudos.⁹⁰ Também foi escrevendo cartas que teve início seu famoso relato-testemunho *Voluntários do Martírio*. Ainda que não tivesse um caráter de troca intelectual, (o interlocutor neste caso específico era sua esposa, que ficara no Uruguai) Dourado expressava muito de suas opiniões e ideias através destas, ciente da importância de seu testemunho para a reconstrução dos episódios da revolução e citando as conversas travadas entre ele e Gumercindo Saraiva, nas quais afirmava que, se não morresse, haveria de escrever a história daqueles dias fratricidas em que viviam,⁹¹ reproduzindo o que definimos como seu “papel social” de intelectual.

Ângelo Dourado era também um Liberal. Sua postura de defesa dos princípios Liberais e contra o Positivismo pode ser percebida em diferentes passagens

Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 198-215.

88 OLIVEIRA, 2009, p. 40.

89 MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In PINSKY, Carla Basanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 208.

90 Consta no arquivo pessoal de Euclides da Cunha a correspondência recebida, datada de 25 de outubro de 1903. Disponível no sítio <http://www.euclides.site.br/cartas.htm> (cartas recebidas de), acessado em 17 de junho de 2010.

91 DOURADO, 1977, p. 244.

de suas obras. Como membro do Partido Federalista, seus discursos eram fundamentados nas concepções do Direito Natural e das Gentes e no Iluminismo-Liberalismo, teorias que já circulavam pela região platina e colonial lusitana desde o final do século XIX⁹². Os federalistas se apropriaram dessas concepções em escolas e universidades ou, de maneira informal, pela leitura de livros e jornais e participação em reuniões de discussão política. O Liberalismo era manifestado desde a divisa revolucionária ostentada (*Tudo pela Liberdade*⁹³ até os princípios expostos nos artigos e livros publicados. Em *Voluntários do Martírio*, é justificada a revolução:

O que aí vai não é a história do esforço popular rio-grandense contra o poder esmagador que tentou asfixiá-lo. [...] Quem escrever essa história, indagando a gênese de todos estes descalabros, se não conseguir acordar o país indicando o declive rápido que o leva a destruição, conseguirá muito no futuro da humanidade escrevendo a Bíblia exata de um povo que desapareceu no interesse dos que se apregoavam de Messias da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da ordem e do progresso.⁹⁴

O “poder esmagador”, “asfixiante”, seria aquele exercido por Floriano Peixoto em nível federal e Julio de Castilhos e o PRR em nível estadual. A revolução, nestes termos, seria uma forma de resistência ao poder opressor, exercido pelos que se “se apregoavam de Messias” (Peixoto e Castilhos). Em uma visão Liberal,

92 COSTA, Marcus Vinicius da. A Revolução Federalista (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos Construídos pela Elite Liberal-Federalista. *Revista História em Reflexão*: Vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009, p. 17.

93 DOURADO, 1977, p. 77.

94 DOURADO, 1977, p. 1.

o Estado existe para garantir a segurança, a propriedade e a liberdade dos cidadãos, neste caso, a resistência contra a opressão era legítima:

A nação compreenderá que precisa de repouso para poder progredir, indagando qual o motivo daquele mal estar, qual a causa daquela enfermidade. Reconhecerá que a causa é a opressão, é a violação dos direitos, é o aniquilamento de uma parte de sua população; que o opressor é o governo, que o aniquilador, o violador, é aquele a quem ela confiara a execução e distribuição da justiça. Que esses crimes só têm por móvel o interesse individual e toda ela se levantará contra ele e os seus, que terão de ceder. As tropas cansadas, maltratadas, começarão a compreender que se devem obediência às leis, os governos que opriem, que autorizam o latrocínio e o assassinato estão fora da lei; que devem antes ser punidos a exigir deles que sirvam de carrasco para os que reclamam contra tais crimes.⁹⁵

Sendo tirânico e opressor, o governo estaria, desta forma, fora da lei, o que legitimava o processo revolucionário na visão Liberal. Para Dourado, o país que seguisse o Liberalismo, ou seja, que “tem leis, que se rege por elas, que respeita o direito de cada qual, que tem por norma a justiça, que garante o produto do esforço individual, nunca terá revoluções.”⁹⁶ Sobre os boatos de que os governistas, já nas negociações de paz, estariam dispostos a garantir somente o direito à vida e a propriedade, Dourado desdenha como algo não negociável, pois faria parte dos direitos básicos en-

95 DOURADO, 1977, p. 39.

96 DOURADO, 1977, p. 393.

tre os países onde não há escravizados (ou seja, países Liberais) sendo nada mais do que a lei.⁹⁷

Em contrapartida, o Positivismo recebia críticas contumazes deste intelectual. Considerava a “ditadura científica” francesa e paraguaia como exemplos fracassados⁹⁸ e ironizava o lema “ordem e progresso”, que no caso brasileiro significaria “guerra civil, aniquilamento da maior nação sul-americana”.⁹⁹ Também criticava outro dos lemas do Positivismo, o “viver às claras”:

[...] então o povo julga-se com direito de protestar e protesta pelo modo como qual desperdiçam o seu trabalho, mas em vez de moderarem ou modificarem esse modo de *viver às claras* [grífo nosso], mandam matá-lo e para isso é ainda o seu trabalho do passado e todo o trabalho de sua geração [...] É daí que vem a guerra civil; é daí que vem a queda das instituições, é daí que vem o aniquilamento dos povos, a extinção das nacionalidades.¹⁰⁰

Este pressuposto Positivista, para o autor, seria um dos elementos absurdos a que o regime castilhista estaria submetendo as gentes do Rio Grande do Sul, e, como tal, acabaria culminando na revolta dos submetidos, e que aconteceriam as mortes por repressão.

Por fim, Dourado acreditava que a política não era uma “ciência positiva” e sim, “um misto de ideias e observação”,¹⁰¹ e nisto estabelecia a diferença entre o ideal liberal-federalista, enquanto parte de uma oposição plural que, sob a bandeira de um único partido

97 DOURADO, 1977, p. 413.

98 DOURADO, 1977, p. 105.

99 DOURADO, 1977, p. 103.

100 DOURADO, 1977, p. 393.

101 DOURADO, 1905, p. 60.

congregava as mais diferentes correntes do pensamento; e do ideal positivista-castilhista, altamente centralizador, dogmático, rígido na disciplina e nas convicções, que subjugou as suas oposições durante toda a República Velha.

Fiel às suas convicções, afirmava não seguir homens, mas ideias¹⁰², ao passo que sempre destacava, ao longo de seus escritos, valores como honra, dignidade, honestidade, que serviam de contraponto a aquilo que criticava. Isto, ao lado de suas opiniões e percepções acerca do seu tempo e realidade histórica apresentados, contém a mensagem de Dourado ao mundo, aquilo que ele quer comunicar – e influenciar. A narrativa assume contornos de convencimento da realidade pretendida ao convencimento do federalismo enquanto legítimo movimento revolucionário.

Dourado possuía uma visão crítica com relação à prática política, e causava desconforto a falta de reflexão crítica frente ao tema:

Fala-se em política, todo mundo é político, e predomina sobre eles o que leu em um artigo de jornal, e repete uma frase picante de qualquer orador inútil e chato, mas que faz chegar ao gosto do populacho, segundo o que na ocasião lhe agradava.¹⁰³

Porém, ao passo que lhe causava irritação os influenciáveis, reprodutores de ideias e argumentos políticos de outros, tentava ele próprio, de igual forma, influenciar seus contemporâneos através da palavra escrita. Para isso, teve a imprensa, como veículo para disseminação de suas proposições intelectuais no pe-

102 DOURADO, 1977, p. 116.

103 DOURADO, 1977, p. 102.

ríodo pós-revolucionário, mas também durante o conflito, sempre que possível fosse. Fazendo isso, acreditava no alcance e poder da persuasão dos jornais em sua época, pois não desperdiçava chance de publicar artigos por onde passasse. Em Santa Catarina, por força dos deslocamentos que fizera acompanhando a Coluna de Gumercindo Saraiva, Dourado registra: “Fonseca pediu-me em nome do redator do jornalzinho da terra, algumas linhas para publicar...”¹⁰⁴ e, em outra ocasião, desta vez em Corrientes, República Argentina: “[...] e depois [recebeu a visita] dos dois redatores dos jornais da terra, que pediram-me para escrever alguma coisa sobre nossa marcha, o que fiz e foi publicado em português”¹⁰⁵. Além disso, o jornal uruguaio *El Deber Cívico*, do município de Melo, publicava regularmente uma coluna de Dourado, em português, sobre o cotidiano das trincheiras.¹⁰⁶

Esta característica de guerra por meio das palavras, evidenciada, sobretudo, na escrita, é típica deste período revolucionário sul-rio-grandense. Conforme Alves,

Ao longo de pelo menos duas décadas, as narrações/descrições/interpretações acerca dos acontecimentos inerentes à Revolução Federalista foram entabuladas de forma engajada e sob o prisma das convicções e/ou paixões partidárias. Deste modo, o conflito entre maragatos e pica-paus se estenderia para além das atividades bélicas, deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos. Nos artigos de jornais, em folhetos e em livros, as forças divergentes digladiaram-se entre si, cada qual defen-

¹⁰⁴ DOURADO, 1977, p. 78.

¹⁰⁵ DOURADO, 1977, p. 319.

¹⁰⁶ CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003, p. 139-141.

dendo suas idéias e atacando as dos adversários, além de buscarem construir elementos explicativos/argumentativos para descrever a recente história gaúcha a partir de seus respectivos pontos de vista¹⁰⁷

O partidarismo refletido pela escrita, em que cada qual dos lados intentava ser o detentor da “verdade”, encontrou em Dourado um dos mais combativos representantes. Nas palavras de José Murilo de Carvalho,

Embora de natureza fundamentalmente discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários.¹⁰⁸

Como parte da elite educada da época, Dourado, de seu lado, questionava, criticava, acusava, mas também propunha modelos e sugeria caminhos, como veremos adiante. Sua intelectualidade militante, formada a partir das experiências ainda na sua iniciação acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia, veio a desenvolver-se justamente durante os episódios da Revolução Federalista. Os registros efetuados enquanto estava participando da guerra viriam a servir de instrumento de difusão de ideias, críticas à república que se instalava e proposições acerca desta, sob o pano de fundo das suas vivências no campo de batalha, com todos

107 ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In _____. *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Editora da Furg, 2002, p. 45.

108 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9.

os horrores de uma guerra. Legitimava, desta forma, seu discurso revolucionário. Como um típico intelectual do período, teve formação erudita e fizeram parte de sua produção ativa intelectual não só os livros editados, mas também os artigos publicados na imprensa, o papel engajado que desempenhava na sociedade, servindo de elemento-chave na propaganda dos ideais liberal-federalistas, constituindo-se num porta-voz do movimento. O prestígio alcançado pelo intelectual federalista permitia que fosse respeitado mesmo pelos adversários, tanto que fora ele um dos emissários do general Tavares para tratar da entrega de armas das forças revolucionárias, então reunidas em Dom Pedrito.¹⁰⁹

Por ocasião da sua morte, em 1905, o jornal *Echo do Sul* noticiou que mais de mil pessoas participaram de seus cortejos fúnebres, entre políticos e autoridades civis e militares da cidade, incluindo correligionários, aliados e também adversários políticos do médico baiano,¹¹⁰ além de artigos publicados no mesmo jornal, nas edições dos dias subsequentes, que consistiam em homenagens póstumas ao seu legado e reconhecimento da luta empreendida pelos seus ideais.

Apesar de *Voluntários do Martírio* ser um livro eminentemente memorialístico, a partir dele é possível identificar vários aspectos de crenças e ideias do médico baiano, no aspecto político. O registro que se deu no livro era o relato daquilo que o federalista intencionava registrar, e, sobretudo, propagar.

Como o livro não é obra sobre o passado senão o recente, a narrativa e, por conseguinte, a atenção de Dourado, se voltava também para justificar a luta armada ao expor suas idéias políticas. A partir do que

¹⁰⁹ DOURADO, 1905, p. 20.

¹¹⁰ ECHO DO SUL, ed. 24 de outubro de 1905, p. 2.

escreveu, percebemos seus temores diversos quanto ao momento em que vivia, tanto nos aspectos políticos quanto sociais. Se na política o cenário se apresentava como insustentável, no plano social a situação lhe parecia ser, no mínimo, preocupante. Vemos isso em especial na questão da imigração europeia, sobre a qual Dourado refere-se mostrando certo temor quanto aos desafios e dificuldades que seus filhos encontrarão no futuro:

Nessa vida social que levamos, os filhos vivendo só da herança paterna, ou raramente surgindo um ou outro vulto progenitor de si mesmo, eu pensava em preparar os nossos para essa luta hercúlea do futuro, em que os descendentes da atual família brasileira para não desaparecerem ante a imigração europeia já habituada a lutar pela existência, teriam de conquistar terreno palmo a palmo no próprio solo onde nasceram.¹¹¹

A preocupação demonstrada com o elemento imigrante, que lhe foi tão próximo quando esteve estabelecido, no início de sua jornada pelo Rio Grande do Sul quando clinicava na colônia Conde D'Eu, é um dos traços marcantes de sua obra. Em determinado momento ironiza a situação, quando faz referência explícita aos imigrantes alemães e italianos que, devido ao grande número, acabariam transformando o Brasil talvez em outro país, de nome inspirado em suas regiões de origem: "[...] se esse patronímico [brasileiro] não se tornar tão desprezível que precise ser mudado, talvez em nova Germânia ou nova Lombardia".¹¹²

As preocupações de Dourado com o expressivo

111 DOURADO, 1977, p. 10.

112 DOURADO, 1977, p. 234.

volume de europeus chegando ao país era reflexo de uma realidade social de fins do século XIX no Brasil. Pelas afirmações de Skidmore, o advento da abolição estimulou aquilo que chama de “uma onda dramática de imigração para o Brasil”¹¹³. O autor afirma que o número de imigrantes entrando no país saltou de menos de 33 mil em 1886 para 132 mil apenas dois anos mais tarde¹¹⁴. E, tal como na Argentina e nos Estados Unidos, este fluxo prosseguiu em grande escala até a Primeira Guerra Mundial¹¹⁵.

Estas afirmações de Dourado, referentes aos imigrantes, evidenciam sinais de teorias evolucionistas presentes no período, ou ao menos forte influência destas sobre o autor. O Evolucionismo aplicado às sociedades humanas foi obra do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), que fundamentou sua filosofia na teoria Evolucionista e defendia que a seleção natural possibilitava “a sobrevivência dos mais aptos”¹¹⁶, ou ainda, nas palavras de Nina Rodrigues, “no contato inter-racial e na concorrência social vence a raça-superior”¹¹⁷. Em ambas as afirmações, encontramos algo muito próximo do que escreveu Dourado. É possível supor que o médico baiano acreditava também nessa pretensa superioridade europeia, ou pelo menos em uma melhor aptidão dos imigrantes europeus em relação aos demais povos, haja vista suas afirmações quanto aos alemães e italianos residentes no Brasil, e

113 SKIDMORE, 1998, p. 104.

114 SKIDMORE, 1998, p. 105.

115 SKIDMORE, 1998, p. 105.

116 BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*: do homem das cavernas às naves espaciais – v.2 / Edward McNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meachan. São Paulo: Globo, 2001, p. 633.

117 RODRIGUES, Nina. As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, sd. apud ORTIZ, Renato. *Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 20.

também, de acordo com a relativa popularidade que o evolucionismo e o darwinismo social gozavam em fins do século XIX no país, como bem afirma Skidmore, para quem “a elite brasileira pós-1870 logo caiu sob a influência de doutrinas européias e norte-americanas de racismo científico, que apoiavam a ‘evidência’ biológica e histórica para justificar suas afirmações de superioridade branca”¹¹⁸, afirmação corroborada por Lilia Moritz Schwarcz, confirmando que houve a entrada coletiva, simultânea e maciça destas doutrinas, além do que, a noção de “evolução social funcionava como um paradigma de época.”¹¹⁹

Além disso, o Evolucionismo de Spencer e o Darwinismo social, juntamente com o Positivismo de Comte, foram as três mais impactantes teorias que delinearam os limites no interior dos quais grande parte da produção teórica da época pós 1870 se desenvolveu¹²⁰. O pensamento spencerista, por exemplo, estava presente também no Rio Grande do Sul, onde, inclusive, aconteceram duas conferências proferidas em Porto Alegre, e que mais tarde foram reunidas em um livro cujo título era *A Terra e o Homem à luz da moderna ciência*, de Karl Von Koseritz¹²¹. Em 1891, Graciano Alves de Azambuja publicava *Lições de Filosofia Elementar*, obra que reunia artigos filosóficos lançados na *Gazeta de Porto Alegre*. Segundo Leite, Graciano foi o precursor do spencerismo no Rio Grande do Sul¹²².

118 SKIDMORE, 1998, p. 112.

119 SHWARCS, 2007, p. 43.

120 ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943 apud ORTIZ, Renato. *Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 14.

121 LEITE, Luiz Olavo. A Filosofia Rio-Grandense – Década de 1880-1890 in FLORES, Hilda Agnes Hübner (org) *Revolução Federalista – Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993, p. 21.

122 LEITE, 1993, p. 21.

Pelo receio que demonstrou Dourado de que os alemães ou os italianos (ou ambos) viessem a “dominar” o Brasil, causando extinção do “patronímico brasileiro” parece-nos razoável supor que, se não era total a sua crença no Evolucionismo ou mesmo no Darwinismo social, pelo menos estava familiarizado com estas teorias, especialmente se levarmos em conta que Dourado escrevia seus relatos justamente em fins do século XIX, uma época em que:

Gobineu divulgava, através do “Ensaio sobre as desigualdades das raças”, a teoria de que as raças seriam desiguais. Inspirado em Darwin, argumentava “cientificamente” que haveria raças superiores e inferiores: “as raças são desiguais, e a raça branca é inequivocamente superior às demais raças”. Assim se justifica o domínio dos brancos europeus sob os povos dos demais continentes. O branco é superior. A Europa é seu país de origem.¹²³

Há de se destacar, contudo, o conceito de “raça”, no relato de Dourado, que não apresenta uma única significação. Em algumas vezes, significa país. Este significado aparece quando, por exemplo, escreve que os inimigos estariam “destruindo a raça atual no Brasil”¹²⁴, ou quando afirma que “um outro desta raça honrada que fecundou mundos, que relembra D. Henrique ou Vasco da Gama [...] voavam como ousadas gaivotas onde o nome lusitano tornaram sublimado”¹²⁵ referindo-se, neste caso, à Portugal. Em outros casos,

123 BERNARD, Zilá. Racismo e anti-racismo. São Paulo: Moderna, 1994 apud MELLO, Eliane de. A Cultura da Dominação. *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 93-97, jan./jun. 2006 p. 94.

124 DOURADO, 1977, p. 79.

125 DOURADO, 1977, p. 109-110.

a palavra raça é usada como sinônimo de sociedade: “há porém, em nossa raça o hábito de acreditar que o homem deve saber tudo [...]”¹²⁶

Além das preocupações relativas ao seu presente, dos temores quanto ao futuro e a uma eventual competição com os imigrantes europeus, Dourado trata, em algumas passagens, do passado mais distante. O faz, porém, num tom idealizado. Nestes registros, a tônica se dá em comparação ao tempo em que vive. Tal afirmação evidencia-se quando justapõe as distintas guerras civis: a primeira, Farroupilha, a segunda, Federalista:

Ali mesmo estivera acampado em 1835 o exército revolucionário nove meses sem ser incomodado. O que eram as guerras de então e o que são as de hoje. Naquele tempo puderam fazer capital em Piratini, ate moeda cunharam [...] os prisioneiros eram respeitados, os feridos, medicados.¹²⁷

Além do exemplo que considerava positivo, também registrou o que considerava negativo, usando de ironia:

Numa praça ergueu-se o altar da Pátria, onde a guilhotina mandava diariamente centenas de cadáveres porque a Pátria delles era como a deusa Kalli, nutria-se de sangue e tinha por adornos das orelhas cadáveres humanos. Porque o Brasil, um século depois, não há de imitar a França?¹²⁸

Nestes trechos, cada qual com sua lição, emerge

126 DOURADO, 1977, p. 102.

127 DOURADO, 1977, p. 58.

128 DOURADO, 1977, p. 103.

o conhecido preceito greco-romano (Tucídides, Políbio, Cícero) segundo o qual a história é a mestra da vida (*historia magistra vitae*), a que serviria como ensinamento para a geração presente e também às futuras. É no passado, pois, que Dourado encontra exemplos (de guerra, de conduta) melhores do que os que convivem em seu presente.

Em outra referência ao passado, demonstra certa simpatia à monarquia, especificamente, neste caso, a portuguesa: “enquanto a minha pátria guardava as tradições de suas leis [...] gozavam meus irmãos de paz...”¹²⁹. Ao falar sobre a antiga metrópole, e embora o Brasil estivesse, naquela época, na condição de colônia, o país parecia gozar de situação melhor do que esta va no período em que fez tal observação, talvez nem tanto pela ligação com Portugal em si, mas de modo a estabelecer o contraste entre aquele tempo virtuoso, de suposta estabilidade política, e o momento em que escrevia seus relatos, em que havia a lamentada “guerra fratricida”.

Médico por profissão, Dourado nutria igualmente duas outras atividades que lhe garantiram projeção e notoriedade em terras sul-rio-grandenses: a escrita e a política. Uma servia de combustível e instrumento à outra, ambas andavam interligadas. Ângelo Dourado era republicano manifesto, participou da primeira junta administrativa, encarregada de governar o município de Bagé, por ocasião da Proclamação da República. Conforme Reis:

Por ato do general governador do Estado, de 24 de fevereiro [1890], foi dissolvida a câmara municipal, sendo nomeada uma junta administrativa [...] composta dos senhores dr. Ângelo Dourado,

¹²⁹ DOURADO, 1977, p. 110.

Cornélio Vieira da Silva e João Antonio Damé,
sob a presidência do primeiro.¹³⁰

Cargo este que, aliás, ocupou de forma efêmera, sendo destituído deste em 28 de julho do mesmo ano¹³¹. Fato posto, é inegável a simpatia externada pela monarquia, observada em diversos momentos de *Voluntários do Martírio*. Se tal simpatia se dava por força das circunstâncias, saudosismo pelo Imperador deposto, ou mesmo decepção com o regime instaurado, intimamente ligado aquilo que ora combatia, ainda é obscuro e carece de provas mais substanciais. É possível que não desejasse, efetivamente, a restauração¹³², mas em diversos momentos revela seu apreço à monarquia.

Quando confrontado, apressava-se em se declarar republicano, ainda que com ressalvas quanto ao tipo de república existente no país:

130 REIS, Jorge. *Apontamentos Historicos e Estatisticos de Bagé*. Bagé: Typ. do Jornal do Povo, 1911, p. 97

131 REIS, 1911, p. 101.

132 Os federalistas eram freqüentemente acusados pelos legalistas de lutarem pela restauração monárquica, como afirma, entre outros, Félix: "Mesmo diante dos manifestos federalistas, acentuando que a Revolução era contra a tirania de Castilhos e não para restaurar a monarquia, os editoriais [de A Federação] registram freqüentemente, em determinados períodos, diretamente com a idéia da restauração" (FÉLIX, Loiva Otero. Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista. in ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da Furg, 1993, p. 160). Acusador também foi o legalista Euclides B. de Moura, o qual afirmou que "em seus discursos e proclamações [os federalistas] baniam cuidadosamente os vivas à República, chegando em quase todas as municipalidades a tornarem a célo car em seus antigos lugares os retratos do ex-imperador, ostentando também a antiga bandeira" (MOURA, Euclides B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul – antecedentes da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 69), além do próprio Dourado, em que registrou a percepção de alguém que o havia interpelado: "um moço oficial de nome Americano, aparteou-me dizendo que a revolução é restauradora da monarquia." (DOURADO, 1977, p. 49) e "Disseram-me alguns que lutaram, porque se dizia que nós lutávamos pela restauração." (DOURADO, 1977, p. 170)

Declarei-lhe que, por minha índole, e desde a mocidade, o que provei com o testemunho de Barros Falcão, fora sempre republicano, mas não desejava uma república militar [...] as repúblicas assim só tem uma máxima que é “mata, se não queres ser morto”.¹³³

Não poupou críticas à República brasileira daquele momento, que, segundo ele, apresentava falhas e defeitos já na sua origem:

[...] a república que nasceu fraca porque o terreno não estava preparado, que nasceu criminosa porque foi filha de uma traição, porque quem a proclamou [referindo-se a Deodoro da Fonseca] traiu o juramento que prestara de defender com a vida e com a honra o que ela destruiu [o Império].¹³⁴

Além das críticas da república circunstancial referente a aquele momento, Dourado dirige críticas à república como forma de governo, cuja efemeridade dos mandados contribuía para que os governantes da ocasião não fossem bem sucedidos:

[na república] o governo é restrito a pequeno espaço de tempo; não tem a necessidade de preparar terreno para seus sucessores serem bem-sucedidos, ao contrário, eriçar seus espinhos o caminho que tem de percorrer o que vier, para que seja pior do que ele, parece ser a preocupação deles¹³⁵

133 DOURADO, 1977, p. 50.

134 DOURADO, 1977, p. 300.

135 DOURADO, 1977, p. 104.

Além disto, outras declarações suas ao longo de *Voluntários do Martírio* revelam a proximidade com o tema monárquico, como no seguinte trecho:

Enfim, lhe disse eu, o meu pensamento é o seguinte: se esses homens que assassinam e roubam em nome da república, persistem em nos mandar matar, em vez de se levantar a bandeira da separação do Rio Grande, como pensam uns poucos que julgam que a nação é a culpada da perversidade de uns poucos rio-grandenses, eu preferiria que se levantasse a bandeira da restauração da monarquia¹³⁶. [grifo nosso]

E vai além, quando julga ser a República a “assassina do Brasil”:

Se a república continua a ser a assassina do Brasil, está cometendo um suicídio; portanto para salvar a Pátria só teríamos a restauração da monarquia, ainda que nos viesse um Belzebu, com tanto que a unificasse sem sair da lei.¹³⁷ [grifo nosso]

Estas declarações, ainda que escritas no calor dos acontecimentos, evidenciam o sentimento momentâneo de que o retorno à monarquia parecia ser a saída mais apropriada, para estabelecer a ordem que a república estaria destruindo. Dourado não esconde, por exemplo, sua admiração pelo período imperial, e especialmente pela figura de D. Pedro II, como assinalado no trecho em que conjectura o que aconteceria, na história do Brasil, caso Garibaldi não tivesse existido? D. Pedro

136 DOURADO, 1977, p. 13.

137 DOURADO, 1977, p. 13.

não teria começado seu reinado, hoje **glorioso**, e não teria sido o **fiscal incansável do progresso de sua pátria**¹³⁸[grifo nosso]. A julgar pelas suas opiniões sempre prontamente externadas, quando o objeto é a política, (a exemplo de suas críticas mordazes a respeito da república, Castilhos, Peixoto e etc), caso nutrisse antipatia pela monarquia seguramente deixaria registrado. E, em momento algum ao longo de todos os seus aportamentos fez qualquer referência negativa ao regime monárquico ou à figura do imperador, ao contrário de quando falava da república, onde não faltavam críticas. Digno de referência e registro é o trecho a seguir, onde cita uma prática de seu amigo, coronel Fulião:

[...] o meu velho amigo coronel Macedo Fulião, é o mais característico. À tarde faz sua gente rezar ao terminar o fogo, pela manhã faz o mesmo antes de começar. Para principiar o fogo ele tem uma prática imprescindível: viva S.M. o Imperador! – Viva a antiguidade do Império! – Fogo! [...] Uma vez que assisti junto dele ao início do combate, fiz notar-lhe que isto não era correto; que não temos imperador e sim república¹³⁹

E prossegue a narrativa dando conta da entranhidade de Fulião. Interessante notar que Dourado não defende a república para o amigo, nem tampouco a enaltece, como fazia quando o assunto era o antigo regime deposto, ou a figura do imperador. Apenas atesta ser o Brasil uma república, nada mais.

Inúmeras declarações, ainda que aparentemente atribuídas aos excessos dos governantes (Castilhos e Peixoto) igualmente sugerem a simpatia monarquista.

138 DOURADO, 1977, p. 80.

139 DOURADO, 1977, p. 164.

Após uma discussão acerca do estado atual das coisas, declara “[...] só a restauração poderia salvar o Brasil”¹⁴⁰ [grifo nosso] E, adiante, sobre a forma como se deu a proclamação, de cima para baixo e não o contrário: “a nação não fez a república; aceitou-a porque julgou-a boa”¹⁴¹. Em determinado trecho, Dourado faz referência a um alemão, agredido pelas forças legalistas e que, devido a “tantos castigos corporais quase perdeu toda a pele”¹⁴². Segundo ele, um boticário conservou no álcool alguns fragmentos desta pele, e Dourado pretendia presentear um museu (não especifica qual), por ser

[...] uma boa preparação anatômica porque sendo tirada do vivo, conserva todas as suas ramificações venosas [...]. Irá com esta inscrição: “pele humana de um teuto brasileiro [...] [morto] por agentes do governo do dr. Julio Prates de Castilhos, no 4º ano da república e segundo do governo do marechal Floriano Peixoto”¹⁴³.

Apesar de ser comum a citação do ano da República (como era o da Independência, em outros tempos), se a intenção era responsabilizar Castilhos e Peixoto, é sintomático o fato dele associar o nome “república” a estes, sobretudo por figurar também a datação do governo do marechal. Mencionando ambos, enfatiza a ligação entre os horrores praticados e o regime estabelecido. É mais um elemento que reforça sua oposição ao regime republicano, ou, em última análise, ao governo constituído. Tal percepção foi verificada também por Sérgio da Costa Franco:

140 DOURADO, 1977, p. 171.

141 DOURADO, 1977, p. 171.

142 DOURADO, 1977, p. 60.

143 DOURADO, 1977, p. 60.

Conquanto a restauração do trono não fosse um objetivo declarado dos federalistas, sobrevivia, irracional, entre eles, um certo saudosismo pelo passado monárquico. Para todos os descontentes e ressentidos, que haviam perdido com o advento da República, esse saudosismo se materializava através do combate sistemático ao novo regime. O livro de Ângelo Dourado, *Voluntários do Martírio*, é sintomático dessa disposição de espírito. O autor não cessa de criticar a “República da Ordem e do Progresso”, e, em várias passagens, expande-se em elogios ao Imperador e aos homens do regime deposto. Se isso acontecia com Dourado, que era intelectual, e que integrara a primeira junta governativa de Bagé depois do 15 de Novembro, o que não sucederia com os velhos “coronéis” gasparistas, desde cedo hostilizados pelo partido de Castilhos?¹⁴⁴

A questão da restauração entre os federalistas não está suficientemente definida. Entre os combatentes, além do citado coronel Fulião, há indícios de que, para alguns, a república não gozava de unanimidade. Escreveu Dourado que “os soldados, que, creio, não morrem de amores pela república, [...] não se incomodam em mostrar saudades pelos outros tempos”.¹⁴⁵ O próprio Silveira Martins, durante seu exílio na Europa, encontrou-se várias vezes com o Imperador deposto, chegando mesmo a participar de reuniões de antigos fiéis ao trono que tratavam do início de um movimento restaurador¹⁴⁶, quando já retornado ao Brasil, aparen-

144 FRANCO, 1993, p. 49.

145 DOURADO, 1977, p. 263.

146 ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935, p. 325.

temente rejeitava tal idéia.¹⁴⁷ Dourado, ao contrário, de republicano declarado, derramava-se em elogios ao antigo regime, principalmente à figura do Imperador, tanto que, quando da morte do monarca, um artigo de sua autoria foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em edição especial lançada em 1894, onde adjetivou-o de “novo Atlas”, suportando “durante meio século, todo o peso da política da América do Sul.”¹⁴⁸ Outros elogios póstumos são dirigidos ao antigo Imperador:

Foi com este nome que ele durante 50 anos iluminou com suas virtudes, com o seu saber progressivo, com a sua infatigabilidade, com a sua bondade, toda a América do Sul, sem interrupção, guiando sua pátria com vagar, para que crescesse sem se tornar epiléptica, libertando os outros povos dos tiranos que os oprimiam. Foi talvez isto que produziu a sua queda como rei para transformá-lo em anjo como homem.¹⁴⁹

Enquanto Dom Pedro II recebia homenagens, sobravam críticas para os homens da nova República, seus governantes e também, em igual medida, a organização do Estado. Uma destas críticas dizia respeito ao Exército permanente, que julgava inadequado:

Tivéssemos uma república honesta, sem exército permanente, porque na hora da luta externa todo cidadão é soldado, sem fortunas rápidas feitas a custa das revoluções, os próprios monarquistas viveriam satisfeitos dentro dela, porque ao homem não é a forma de governo que o preocupa, é a honestidade desse governo e a equidade da

147 LOVE, 1975, p. 66.

148 DOURADO, 1894, p. 775.

149 DOURADO, 1894, p. 776.

justiça¹⁵⁰.

Um exército permanente, sob as ordens do Presidente da República e aliado do governante do estado, certamente contrariava alguém que se encontrava, naquele momento, em oposição justamente a estes elementos.

Seus alvos preferidos, e que recebiam as mais contundentes críticas, eram, no entanto, Julio de Castilhos e Floriano Peixoto. Castilhos era definido como um assassino, o chefe de quem vinham as ordens de matar os inimigos federalistas:

Se perguntarem aos nossos porque matam, eles responderão: para não morrer, ou porque mataram os meus; mas se perguntarem a eles porque nos matam, eles dirão: é *pelalegalidade* e por ordem do chefe Julio de Castilhos.¹⁵¹

Igualmente pejorativo, o governante era tratado como aquele que “vendera” o Rio Grande do Sul para Floriano: “qual a idéia que obrigou o sr. Julio de Castilhos a vender o Rio Grande ao sr. Floriano?”¹⁵² e, comparando-o à grande esfinge que devoraria quem se colocasse em seu caminho: “[...] como se arredaria o obstáculo do caminho dessa esfinge [Castilhos] que tem traçado seu plano de domínio sobre este povo ‘bestializado’?”¹⁵³, ou seja, Castilhos era o grande e terrível monstro que exterminava sem hesitação todos aqueles que se pusessem em seu caminho. Finalmente, distingue aqueles que estão ao mando da legalidade,

150 DOURADO, 1977, p. 105.

151 DOURADO, 1977, p. 248.

152 DOURADO, 1977, p. 23.

153 DOURADO, 1977, p. 6.

mas que não compartilham dos supostos lucros. -Estes, por situarem-se em hierarquia subalterna, mesmo executando ordens de Castilhos, acabam não se beneficiando dos privilégios do poder, pois“[...] não tinham parte nos lucros do Sr. Castilhos e seus amigos, que lá estão em suas casas, no seio de suas famílias, ou nos Clubs...”¹⁵⁴ ou seja, enquanto os soldados lutavam e entregavam a própria vida em nome da legalidade, Castilhos e os seus tinham asseguradas suas integridades físicas, dada a distância da guerra propriamente dita.

Floriano, por sua vez, era definido como um ditador: “nosso objetivo era o Paraná, onde o ditador concentrava todos os recursos disponíveis”¹⁵⁵. Ainda a respeito de Floriano, mas agora sobre os soldados que o governo central envia para as batalhas contra os federalistas, assim afirma: “[...] e o sr. Floriano fez deles presente ao sr. Julio de Castilhos para mandá-los ao matadouro contra seus irmãos [...]Seu plano [de Floriano] está traçado: implantar o terror e se fazer o deus onipotente”¹⁵⁶. Para enfatizar o sentimento de antagonismo a Floriano Peixoto, utilizava, além do registrado textualmente como opinião sua nos relatos, também a opinião de pessoas com as quais supostamente conversava, como, por exemplo, no trecho em que narra a conversa com um conhecido argentino:

O seu marechal, pelo que tenho lido, apesar de ser uma alta autoridade no exercito de sua terra, tem alcançado suas posições por traição, dando assim um mau exemplo a seus subordinados; depois, talvez com medo da queda e da punição, manda destruir os bons e eleva os maus.¹⁵⁷

¹⁵⁴ DOURADO, 1977, p. 5.

¹⁵⁵ DOURADO, 1977, p. 147.

¹⁵⁶ DOURADO, 1977, p. 5.

¹⁵⁷ DOURADO, 1977, p. 301.

Este diálogo teria sido, nas palavras de Dourado, o que o argentino falou para ele. Com isso, procura -va demonstrar que a rejeição a Floriano existia por toda a parte, mesmo além-fronteiras. Ao registrar a opinião de outrem, corroborava e abonava as suas próprias.

Finalmente, denuncia o tipo de relação estabele -cida entre Castilhos e Floriano, baseada, segundo suas afirmações, na falsidade e em um jogo de interesses:

“[...] O Sr. Floriano foi denominado pelo Sr. Castilhos três vezes traidor, e hoje é o seu maior amigo, por que manda-lhe dinheiro, e homens do norte para morrerem, creio que com o fim de obrigar o Sr. Julio de Castilhos a dizer o contrário do que disse dele.¹⁵⁸

Causa estranheza, porém, a forma como seus dois maiores adversários manifestos são tratados no final do livro, no capítulo intitulado “A Paz”. Ao longo das quatro páginas, em espaço onde faz uma espécie de balanço sobre a guerra civil, nenhuma crítica é nominalmente dirigida nem a Castilhos, nem a Floriano. A última referência de hostilidade a Castilhos é quando diz, referindo-se ao fato de não ter sido exigida a renúncia deste ao governo do Rio Grande do Sul como exigência à deposição de armas e assinatura do tratado de paz: “[não foi pedida a saída de Castilhos para] não colocá-lo em condições de poder ter o direito de ser revoltoso”¹⁵⁹. É a última referência ao antagonista. No capítulo reservado à paz, nem uma linha mais é dedicada aos antigos inimigos.

A paz, poderíamos pensar, enfim fê-lo mais confiante no presente e nos rumos da República. Engano.

158 DOURADO, 1977, p. 314.

159 DOURADO, 1977, p. 414.

Demonstra que tem a consciência de que a situação estava longe de ser resolvida, mesmo com a assinatura da deposição de armas. Diz: “o ato do general Galvão não será somente um armistício por um tempo mais ou menos limitado?”¹⁶⁰ Sem saber, o tempo daria razão às suas suspeitas: as antigas feridas da Revolução Federalista não cicatrizariam de todo, e em 1923 o Rio Grande do Sul era novamente o palco de mais um levante, de zessete anos após a morte de Ângelo Dourado.

Com o final da guerra civil, o processo de implantação da República no Brasil estava mais próximo de ser consolidado. Esta nova realidade política, intimamente ligada à vitória do modelo castilhista, exigia novas formas de enfrentamento e ação das forças oposicionistas.

160 DOURADO, 1977, p. 419.

Síntese conclusiva

O uso aprofundado dos diários da Revolução Federalista, veículos de memória por excelência, apresentam possibilidades virtualmente inesgotáveis de utilização da memória na/da guerra civil para a construção do conhecimento histórico. Normalmente, os estudos concentram-se em um ou outro volume dos aqui apresentados, de forma parcial e seletiva, ignorando ou desqualificando os demais como fontes. Se, nos últimos anos, temos significativas obras publicadas, ainda é de se destacar que elas concentram-se no lado federalista da contenda: do lado legalista, somente o diário de Fabrício Pilar apresenta-se como contraponto, e ainda assim por iniciativa de uma entidade que, logicamente, só poderia apresentar este lado dos combatentes. Resta ao pesquisador buscar fontes alternativas do lado legalista para qualificar o “outro lado”, com pouca documentação sob o formato de diário para ser estudado, pelo menos que tenha sido publicado.

É necessário, contudo, tomarmos os devidos cuidados em situar esta memória produzida pelos memorialistas como veículo e agente a serviço dos ideais que defendiam de lado a lado, com propósitos, sejam eles delineados ou não-manifestos, mas implícitos e inerentes, aos usos que farão seus novos publicadores. Ao publicar tais obras, de certa forma, os editores e organizadores apropriam-se mais do que de seu conteúdo físico, mas da própria memória construída.

Destaca-se finalmente, como depois de tanto

tempo do término da guerra, ainda hoje persiste no imaginário do conflito a alcunha de luta “entre irmãos”, qualificação que é majoritariamente usada quando se escreveu sobre 1893, percebido na grande maioria das apresentações de cada obra, com vistas a “entender a luta fratricida”. Demonstra que a construção perdura, a despeito de vários estudos acadêmicos que tentaram, ao longo do tempo e sobretudo nas últimas décadas de implantação e consolidação da academia como produtora de conhecimento histórico, ainda causa desconforto, estranheza ou intriga mentes sobre os ânimos e as motivações daqueles que lutaram contra seus compatriotas, mais de um século depois.

Referências bibliográficas:

- AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: O Sistema de Relações de Poder. In *República Velha (1889-1930) /* coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.
- ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In _____ *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Editora da Furg, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poderdúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Ângelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989.
- BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais – v.2 /* Edward McNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meachan. São Paulo: Globo, 2001.
- CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*.

Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 3^a ed. 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Pe trópolis: Vozes, 2007.

CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde*: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CLEMENTE, Elvo. *História de Garibaldi*: 1870-1993. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Marcus Vinicius da. A Revolução Federalista (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos Construídos pela Elite Liberal-Federalista. *Revista História em Reflexão*: Vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009.

CRUZ, Nilda Autran Bastos. *Árvore de muitos frutos* (memórias). São Paulo: Edições Alarico, 1958.

DOURADO, Ângelo. *A situação política do Brasil*. Jaguaraõ: Typ. do Commercio, 1905.

_____. *Voluntários do Martírio*: narrativa da revolução de 1893. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1977.

EICKHOFF, João. *O doutor maragato*. Porto Alegre: Editora da UFR - GS, 1994.

ENDERS, Armelle. Les Lieux de Mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. *História & memória: a problemática da pesquisa.* 2.a ed. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2004.

_____. Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista. in ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista.* Rio Grande: Ed. da Furg, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

_____. *Júlio de Castilhos e sua época.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. O Partido Federalista. In *República Velha (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt.* – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo, Centauro, 2006

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria.* Siglo Veintiuno editores, España, 2001.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.

LEITE, Luiz Olavo. A Filosofia Rio-Grandense – Década de 1880-1890 in FLORES, Hilda Agnes Hübner (org) *Revolução Federalista* – Estudos. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O Historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Eliane de. A Cultura da Dominação. *Rev. Humanidades, For-*

taleza, v. 21, n. 1, p. 93-97, jan./jun. 2006.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs). *Pensar a Revolução Federalista*, Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

MOURA, Euclides B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul- antecedentes da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

MURGUIA, Eduardo Ismael; RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. Memórias, Histórias e Novas Tecnologias. *Impulso*, Piracicaba, v.12 n.º 28, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Marcelo França de. *Quando a memória vira história: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Plus com Editora, 2009.

ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

REIS, Jorge. *Apontamentos Historicos e Estatisticos de Bagé*. Bagé: Typ. do Jornal do Povo, 1911.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. In: *Analectas Avançados* 8(20), 1994.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.
- VIDAL-NAQUET, Pierre: *Los judíos, la memoria y el presente*. Intro - ducción, Fondo de Cultura Económica, Argentina, 1996.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amalgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



CIDH

Cátedra Convidada FCT /Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

ISBN: 978-85-67193-14-4

9 788567 193144

A standard barcode is positioned vertically on the right side of the page. Below the barcode, the ISBN number "9 788567 193144" is printed in a smaller font.